



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGERIAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD

**A IMPORTÂNCIA DA TERMINOLOGIA PARA ATUAÇÃO
DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS
BRASILEIRA: PROPOSTA DE GLOSSÁRIO DE SINAIS-
TERMO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

LUCIANA MARQUES VALE

**Brasília – DF
Julho de 2018**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGERIAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD

**A IMPORTÂNCIA DA TERMINOLOGIA PARA ATUAÇÃO
DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS
BRASILEIRA: PROPOSTA DE GLOSSÁRIO DE SINAIS-
TERMO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

LUCIANA MARQUES VALE

**Brasília – DF
Julho / 2018**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

Vale, Luciana Marques. A importância da Terminologia para atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira: proposta de glossário de sinais-termo do processo judicial eletrônico. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2018, 118 f. Dissertação de mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

vi	<p>vale, luciana marques</p> <p>A IMPORTÂNCIA DA TERMINOLOGIA PARA ATUAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: PROPOSTA DE GLOSSÁRIO DE SINAIS-TERMO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO / luciana marques vale; orientador Flavia Cristina Cruz Lamberti. -- Brasília, 2018. 119 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado - Mestrado em Estudos de Tradução) Universidade de Brasília, 2018.</p> <p>1. Glossário bilingue. 2. Terminologia e Tradução. 3. Competências. 4. Estudos da Tradução. 5. Sinais-termo. I. Lamberti, Flavia Cristina Cruz , orient. II. Título.</p>
----	---



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGERIAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD

LUCIANA MARQUES VALE

**A IMPORTÂNCIA DA TERMINOLOGIA PARA ATUAÇÃO
DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS
BRASILEIRA: PROPOSTA DE GLOSSÁRIO DE SINAIS-
TERMO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - POSTRAD da Universidade de Brasília.

Orientadora: Flávia Cristina Cruz Lamberti Arraes.

Banca examinadora

Professora Doutora Flávia Cristina Cruz Lamberti Arraes

Professora Doutora Patrícia Tuxi dos Santos (Membro interno)

Professora Doutora Silvana Aguiar dos Santos (Membro externo)

DEDICATÓRIA

A Deus, por me proporcionar a força necessária mesmo quando não mais as tinha.

A minha mãe, in memoriam, mesmo não estando aqui a ela dedico.

A meu companheiro e incentivador Falk, e filhos por compreenderem o momento em minha vida.

AGRADECIMENTO

A Deus Pai, por seu eterno amor, e por fazer infinitamente mais do que pedi ou pensei, “Em tua misericórdia me amparaste”.

A minha família, pelo incentivo e por acreditarem que tudo ficaria bem, mesmo quando eu mesma não acreditava.

A meu amor, companheiro e profissional maravilhoso, Falk Soares Ramos Moreira, sem ele nada seria possível, por meio dele que aprendi a Língua de Sinais.

A meus filhos por entenderem o momento e por acreditarem que tudo tem começo e fim, amo vocês.

A minha orientadora, Dra. Flávia Lamberti, por sua valiosa orientação e generosidade na construção desse estudo. Obrigada por acreditar em mim enquanto orientanda, por crer na possibilidade e viabilidade do tema. Sua orientação foi fundamental na construção desse trabalho.

A Professora Patrícia Tuxi, pelas contribuições na leitura do texto nas bancas de qualificação e defesa e principalmente por sua amizade, amor, carinho, compreensão, apoio, incentivo e confiança. Nega, muito e muito obrigada por fazer parte da minha vida. Sem você nada disso seria possível.

A Eduardo Felten e Vírgilio Soares, pela leitura e pontos de reflexão no texto. A amizade de vocês me fortalece.

A meus cunhadxs, Pier, Kelly, Alessandro e Grazi, por me apoiarem. Muito embora não sejamos apenas cunhados, mas sim uma família, amo vocês.

Aos amigos mafiosos, amigos queridos que acreditam mais em mim do que eu mesma.

A Rodolpho Pinheiro, por viagens incríveis e pelas traduções. Você é incrível.

As amigades que foram construídas e possibilitadas por conta da pesquisa, Flávia e Thaisy, vocês são mega especiais.

A Professora Dra. Silvana Aguiar, pelas contribuições na leitura do texto e pela amizade. Pessoa de uma generosidade impar.

Aos amigos da faculdade, mesmo com a distância se alegram por essa conquista e acreditam em mim. Amo vocês.

Aos amigos mais que queridos de nosso grupo especial, Abymael, Carol, Julinana, Tiago, Vânia e Vinicius, que celebram a vida, se compadecem do outro e se alegram juntos.

Ao amigo, sócio e parceiro Marcelo de Oliveira Silva pela paciência e ajuda na formatação maravilhosa do trabalho, pela amizade e cumplicidade, bem como de sua maravilhosa esposa Gisele Santos Teixeira por acreditar em mim, em nós.

Aos intérpretes da defesa de dissertação, por serem além de excelentes profissionais amigos e fazer parte da minha vida.

A todos que diretamente ou indiretamente cruzaram meu percurso durante a escrita e fizeram com que novas reflexões sobre o tema colaborassem com esse trabalho. Muito obrigado!

EPIGRAFE

*“Nada há nela de inexplicável, de interiorizado,
tudo está na superfície, tudo está na troca,
tudo está no material, principalmente no material verbal”.*

Bakhtin/Volochinov

RESUMO

A tradução é um processo complexo, ainda mais quando se trata de discurso de linguagem de especialidade, assim como é o discurso jurídico, dado o teor dos termos empregados. Nesse sentido, fica clara a necessidade de estabelecermos a relação entre a Tradução e Terminologia. O objeto de estudo são os termos empregados no processo judicial tendo como alvo os usuários da Língua de Sinais Brasileira (LSB). O objetivo foi a criação de glossário bilíngue, Língua Portuguesa - LP e Língua de Sinais Brasileira – LSB. Entendemos glossário como um conjunto de termos de uma mesma área, ou similar, composto por macroestrutura e microestrutura (FAULSTICH, 2010). Assim, propomos o registro, bem como, a organização nas duas línguas de modalidades diferentes que constituem o glossário. Percorremos a metodologia utilizada por Tuxi (2017) no desenvolvimento de glossário e a forma de organização, por entendermos que o mesmo possibilita o acesso aos usuários bilíngues. Entendemos que o glossário é uma ferramenta que auxilia o processo de aquisição de uma série de competências ao tradutor e intérprete de língua de sinais (TILS), e para isso levantamos a discussão da necessidade de uma formação terminológica a esse profissional, visto que sua formação ainda é generalista. No glossário o sistema de busca pode ser feito de duas formas: busca pelo fluxograma e ordem alfabética.

Palavras-chave: Estudos da Tradução. Terminologia. Glossário bilíngue. Competência do tradutor. Língua de sinais brasileira. Sinal-termo.

ABSTRACT

Abstract

Translation is a complex process, especially when it comes to specialty language discourse, like the legal one, given the content of the terms used. In this case, it is clear the need to establish the relationship between Translation and Terminology. The object of study are the terms used in the judicial process by users of the Brazilian Sign Language (LSB). The objective was the creation of a bilingual glossary, Portuguese Language - LP and Brazilian Sign Language - LSB. We understand glossary as a set of terms of the same area, or a similar one, composed of macrostructure and microstructure (FAULSTICH, 2010). Thus, we propose the registration, as well as the organization in the two languages of different modalities that constitute the glossary. We adopt the methodology used by Tuxi (2017) in the development and organization of a glossary because we understand that this proposal allows access to bilingual users. We understand that the glossary is a tool that helps the process of acquisition of a series of skills to the sign language interpreter and translator (TILS), and for this we raise the discussion of the need for a terminological training to this professional, since its formation is still generalist. In the glossary, the search system can be done in two ways: search the flow chart and alphabetical order.

Keywords: Translation studies. Terminology. Bilingual glossary. Translator competence. Brazilian sign language. Sign-term.

RÉSUMÉ

La traduction est un processus complexe, surtout en ce qui concerne le discours sur les langues de spécialité, tout comme le discours juridique, compte tenu du contenu des termes utilisés. En ce sens, il est clair qu'il est nécessaire d'établir la relation entre la traduction et la terminologie. L'objet de l'étude sont les termes utilisés dans le processus judiciaire par les utilisateurs de la langue des signes brésilienne (LSB). L'objectif était la création d'un glossaire bilingue, Langue Portugaise - LP et Langue des Signes Brésilienne - LSB. Par glossaire nous l'entendons comme un ensemble de termes de la même zone, ou similaire, composés de macrostructure et de microstructure (FAULSTICH, 2010). Ainsi, nous proposons l'enregistrement, ainsi que l'organisation dans les deux langues de modalités différentes qui constituent le glossaire. Nous avons suivi la méthodologie utilisée par Tuxi (2017) dans le développement et l'organisation d'un glossaire puisque nous comprenons que cette proposition permet l'accès à des utilisateurs bilingues. Nous croyons que le glossaire est un outil qui aide le processus d'acquisition de plusieurs compétences à le traducteur interprète en langue des signes (TILS), et pour cela nous posons la discussion sur la nécessité d'une formation terminologique à ce professionnel, depuis sa formation qui est encore généraliste. Dans le glossaire, le système de recherche peut être effectué de deux façons: recherche dans l'organigramme et dans l'ordre alphabétique.

Mots-clés: Traductologie. Terminologie. Glossaire bilingue. Compétence du traducteur. Langue des Signes Brésilienne. Signe-terme.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

Tabela 1 - Características de textos técnicos e competências requeridas para a tradução técnica.....	41
Tabela 2 - Modelo de Ficha Terminológica de Termos do Processo Jurídico.....	59
Gráfico 1 - Estudos de Léxico e Terminologia da LSB – Da Iniciação Científica à Pós-Graduação	24

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

- CNJ:** Conselho Nacional de Justiça
- CM:** Configuração de Mão
- ENM:** Expressões Não Manuais
- FT:** Ficha Terminológica
- LabLibras:** Laboratório de Linguística de Língua de Sinais
- LA:** Língua Alvo
- LF:** Língua Fonte
- LO:** Língua Oral
- LP:** Língua Portuguesa
- LS:** Língua de Sinais
- LSB:** Língua de Sinais Brasileira
- M:** Movimento
- OR:** Orientação
- PA:** Ponto de Articulação
- PJe:** Processo Judicial eletrônico
- TCT:** Teoria Comunicativa da Terminologia
- TGT:** Teoria Geral da Terminologia
- TILS:** Tradutor e intérprete de língua de sinais
- TST:** Teoria Sociolinguística da Terminologia
- UnB:** Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - sinais com CM diferentes	27
Figura 2 - Sinais de mesma configuração em pontos de articulação distintos.....	27
Figura 3 - Parâmetro movimento que diferencia os sinais de ajoelhar e castigar	28
Figura 4 - parâmetro orientação nos sinais de trabalhar e televisão	28
Figura 5 - Parâmetro ENM, de intensificador	29
Figura 6 - Parâmetro classificador para subir na árvore.....	29
Figura 7 - Unidade Lexical Sinalizada – MAÇÃ. Sinal prototípico da categoria Frutas.....	30
Figura 8 - Parâmetro de morfema-base	30
Figura 9 -Estrutura do verbete do Glossário Sistemico Bilíngue - Termos da História do Brasil	45
Figura 10 - Capa digital do Processo Judicial Eletrônico - PJe	50
Figura 11 - Página de acompanhamento de processo judicial	54
Figura 12 - Página de acompanhamento de processo judicial	55
Figura 13 -Página de acompanhamento de processo judicial	55
Figura 14 - página de acompanhamento de processo judicial	56
Figura 15 - Fluxograma do Processo na primeira fase.....	57
Figura 16 - Apresentação da ficha terminológica em LSB	60
Figura 17 - Lâmina com Apresentação do Glossário	62
Figura 18 - Apresentação da Macroestrutura do Glossário	63
Figura 19 - Objetivo	63
Figura 20 - Público-Alvo.....	64
Figura 21 - Sistema de busca	64
Figura 22 - Sistema de busca pelo Fluxograma	65
Figura 23 - Seleção de busca por ordem alfabética	65
Figura 24 - Lâmina de busca por ordem alfabética	66
Figura 25 - Explicação do verbete por cor	66
Figura 26 - Forma integrada do sistema de busca.....	67
Figura 27 - Equipe de Produção	67
Figura 28 - Equipe de produção	68
Figura 29 - E-mail do glossário	68
Figura 30 - Apresentação do verbete em Libras.....	69
Figura 31 - Verbetes do termo Acordo	70
Figura 32 - Verbetes 'Acordo'	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	19
A TERMINOLOGIA COMO FATOR DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO ATO TRADUTÓRIO	19
1.1 BREVE HISTÓRICO DA TERMINOLOGIA	19
1.2 A TERMINOLOGIA: PERSPECTIVA ATUAL	20
1.3 O TERMO	22
1.4 A TERMINOLOGIA E A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA	23
1.4.1 A estrutura dos sinais em língua de sinais	25
CAPÍTULO 2	32
A RELAÇÃO DA TERMINOLOGIA COM A COMPETÊNCIA DO TRADUTOR	32
2.1 A TRADUÇÃO ESPECIALIZADA E A TERMINOLOGIA	32
2.2 TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS: SEUS CAMPOS DE ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS	36
2.3 O PAPEL DA TERMINOLOGIA NA FORMAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRADUTOR	40
2.4 O GLOSSÁRIO COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO	43
CAPÍTULO 3	47
METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS SINAIS-TERMO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	47
3.1 ABORDAGEM E NATUREZA DA PESQUISA	47
3.2 DEFINIÇÃO DO OBJETIVO E DO PÚBLICO-ALVO	50
3.3 SELEÇÃO DOS TERMOS	52
3.4 ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA FICHA TERMINOLÓGICA EM LÍNGUA PORTUGUESA	59
CAPÍTULO 4	62
PROPOSTA DE GLOSSÁRIO BILÍNGUE DOS TERMOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	62
4.1 APRESENTAÇÃO DA MACROESTRUTURA DO GLOSSÁRIO	62
4.2 APRESENTAÇÃO DA MICROESTRUTURA DO GLOSSÁRIO BILÍNGUE DE SINAIS-TERMO	69
CONSIDERAÇÕES	72
REFERÊNCIAS	74
ANEXO A – TRABALHOS APRESENTADOS COM A TEMÁTICA EM TERMINOLOGIA E/OU LEXICOLOGIA DA LÍNGUA DE SINAIS	79
ANEXO B – FICHAS TERMINOLÓGICAS	84

**ANEXO C – GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE BACHARELADO EM LÍNGUA DE SINAIS DO
BRASIL**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está fundamentada na área dos Estudos da Tradução e tem como área de concentração a Terminologia e Tradução. Os termos jurídicos que compõem o Processo Judicial Eletrônico – PJe são o objeto deste estudo, cujo objetivo é criar uma proposta de glossário bilíngue em Língua de Sinais Brasileira - LSB e Língua Portuguesa - LP, como ferramenta de auxílio ao trabalho do tradutor e intérprete de língua de sinais – TILS que atua ou por ventura venha a atuar no contexto jurídico.

A motivação da pesquisa se dá pela ausência de sinais-termos equivalentes em LSB relativos aos termos empregados na linguagem jurídica em português, o que dificulta a compreensão de conceitos pelos surdos e o processo de tradução em LSB.

Nessa perspectiva, a proposta de um glossário com sinais do processo judicial eletrônico é fundamental, pois poderá ser utilizado tanto pelos profissionais tradutores e intérpretes de língua de sinais - TILS, quanto pelos surdos.

A proposta de glossário pretende somar-se às demais pesquisas em andamento Costa (2012), Prometti (2013), Oliveira (2013), Felten (2016), Nascimento (2016) e Tuxi (2017), no intuito de auxiliar o processo de reconhecimento do aspecto conceitual e terminológico da linguagem jurídica. Além disso, entendemos o glossário não somente como ferramenta de auxílio técnico, mas como ferramenta de cunho também social, pois dará conhecimento da terminologia jurídica empregada nos processos jurídicos. Ressalte-se também o trabalho da Comissão de Acessibilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR), presidida pelo desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, para a criação de um glossário jurídico para Surdos.

A Terminologia é a disciplina linguística consagrada ao estudo científico dos conceitos e dos termos empregados nas línguas de especialidade (KRIEGER, 2001). Para os TILS, a Terminologia e o glossário jurídico, além de ser a base para a escolha terminológica adequada, podem vir a ser também um recurso para busca, consulta, organização, registro e gerenciamento do conhecimento, assim como para o sistema judiciário, na medida que coloca em contato com outras línguas do país.

Para alcançar nosso objetivo, esta pesquisa pretende: a) realizar pesquisa terminológica bilíngue; b) preparar o glossário como recurso terminológico ao público consulente, surdos e tradutores e intérpretes em LSB e LP; c) estruturar o glossário de forma bilíngue, ou seja, de modo que as informações estejam todas nas duas modalidades, em LSB e

LP; d) disponibilizar o recurso, após o processo de validação dos sinais-termo, em material digital.

Para Barros “as pesquisas no campo da Terminologia e toda sua produção objetivam munir os tradutores de instrumentos de trabalho dotados de maior grau de precisão” (BARROS, 2004, p. 47). Para os TILS a terminologia se apresenta como uma problemática, uma vez que muitos profissionais não possuem sequer formação de nível superior. Nesse ponto, pretendemos que a presente pesquisa sirva também como ferramenta de apoio terminológico para a construção do conhecimento na especialidade do processo judicial. De maneira subsidiária, objetivamos que haja uma motivação entre esses profissionais para o fazer tradutório.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos a Terminologia como fator de construção de conhecimentos, uma vez que os termos exercem papel fundamental na formação e organização conceitual de uma área de especialidade. Nesse sentido, discutiremos fundamentos teóricos da Terminologia apresentando um panorama histórico de sua evolução, o conceito de termo, a terminologia e a língua de sinais brasileira e uma discussão do conceito e estrutura do sinal-termo.

No segundo capítulo, evidenciamos a Terminologia como importante fator na formação da competência do tradutor. São discutidos aspectos relativos à relação entre Terminologia e Tradução, as competências necessárias para a atuação do tradutor (CABRÉ, 1999, GONÇALVES, 2015; HURTADO ALBIR, 2005), a questão da formação do tradutor e intérprete de língua de sinais e o glossário como recurso para a formação de competências e ferramenta de consulta.

No terceiro capítulo, apresentaremos a metodologia de pesquisa terminológica bilíngue para a seleção dos termos e dos sinais-termos do processo judicial eletrônico.

No capítulo 4, apresentaremos a proposta de glossário bilíngue dos sinais-termo do processo judicial eletrônico por meio da descrição da organização da macroestrutura e da microestrutura do verbete. A nossa proposta baseou-se em glossários bilíngues de LSB, em especial os modelos sugeridos por Felten (2016) e Tuxi (2017).

Por fim, apresentamos as considerações da pesquisa, seguida das referências, bem como dos anexos deste trabalho.

CAPÍTULO 1

A TERMINOLOGIA COMO FATOR DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO ATO TRADUTÓRIO

Apresentamos a Terminologia como fator de construção de conhecimentos para a formação e organização conceitual de uma área de especialidade. A seguir, discutiremos os fundamentos teóricos da Terminologia apresentando um panorama histórico de sua evolução, o conceito de termo, a terminologia e a língua de sinais brasileira e uma discussão do conceito e estrutura do sinal-termo.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA TERMINOLOGIA

A Terminologia, disciplina que se ocupa das linguagens de especialidade e dos termos nela inseridos, é marcada pelos estudos terminológicos de Eugen Wuster (1898-1977), considerado um dos primeiros teóricos dos estudos de Terminologia. Ele desenvolveu a Teoria Geral da Terminologia - TGT com o intuito de compreender o funcionamento das terminologias, conjunto de termos, nas áreas do conhecimento. Em meio à efervescência do surgimento de novos conceitos e da diversidade de denominações, havia o objetivo de buscar a padronização de nomenclaturas criadas em áreas científicas, em especial a Botânica, Zoologia e Química, no final do século XIX e primeira metade do século XX. De acordo com Faulstich (1997, p. 82):

Os novos conceitos científicos e técnicos precisavam ser resumidos numa expressão denominadora (termo) para que a referência pudesse ser conhecida. Agora já não era mais a palavra e seu significado (sema) que estavam em primeiro lugar como na descrição lexicográfica, mas eram denominações das coisas (onoma) que surgiam e que exigiam um “marco divisionário” (terminu) entre a língua geral e a especialidade criada, parte integrante de uma realidade designativa.

Nesse contexto, os estudos reconheciam a distinção do termo em relação à palavra, como uma categoria fundamental das linguagens de especialidade.

Para Cabré (2003), Wüster deseja estabelecer a Terminologia como uma disciplina e dar-lhe status de ciência. Um dos objetivos maiores da TGT é eliminar a ambiguidade de linguagens de especialidade com vistas a uma possível padronização por meio da busca da biunivocidade das terminologias, quer dizer, da delimitação de uma única denominação para um único conceito.

Ao longo do tempo, o campo de atuação da Terminologia se ampliou no sentido de passar a enfatizar a observação, descrição e análise das linguagens de especialidade em uso

nos mais diversos contextos sociais. Diversos foram os estudos que contribuíram para a mudança de perspectiva, anteriormente ligada à prescrição do uso de termos, para uma visão descritiva e pragmática. Podemos citar diversos estudos que exercem contribuição fundamental para essa mudança, tais como Boulanger (1991), Auger (1994), Gambier (1991), Gaudin (1993), Cabré (1993; 1999; 2002) com a Teoria Comunicativa da Terminologia e com a Teoria das Portas, Faulstich (1995; 1997; 2006) com a Socioterminologia, Temmerman com a Teoria Sociocognitiva da Terminologia- TST (2000; 2001), e Bourigault; Slodizian (2000) com a Terminologia Textual, entre outros.

1.2 A TERMINOLOGIA: PERSPECTIVA ATUAL

As novas teorias a respeito da Terminologia surgiram para repensar as causas e finalidades da terminologia no âmbito da TGT. Segundo Lamberti (1999, p. 36):

A visão tradicional da terminologia perdurou da década de 30 até a década de 80, quando começaram a surgir trabalhos que criticavam a falta de sensibilidade dos trabalhos terminológicos a situações de variação, ocasionadas pela diversidade de grupos sociais que trabalham em uma área especializada. Surge, assim, uma nova atitude em relação à terminologia, cujo objetivo era abri-la à variação de forma e adaptá-la ao seu tempo, espaço e usuários. (LAMBERTI, 1999, P.36)

Dentre as abordagens teóricas, destacamos a Socioterminologia, que se propõe a realizar a descrição e análise da relação entre os termos e sociedade. Segundo Faulstich (2006, p. 9), os postulados máximos da Socioterminologia implicam “ter na base da pesquisa a variação linguística dos termos no meio social e, por consequência, entender a variação terminológica como mecanismo resultante da pragmática discursiva”. Prossegue a autora:

[...] assim, uma teoria socioterminológica tem como modus operandi, numa mesma área de conhecimento, os diferentes níveis de comunicação que dependem de circunstâncias de emissão, das características dos interlocutores, do suporte por meio do qual se dá a comunicação, entre outros. Os especialistas em socioterminologia têm voltado sua atenção para os diferentes discursos especializados, entre os quais se incluem os discursos orais, por entenderem que os termos variam e que as variantes devem ser levadas em conta na elaboração de produtos terminográficos. (FAULSTICH, 2006, p. 9-10)

A Socioterminologia é, portanto, um ramo da Terminologia que se propõe a refinar o conhecimento dos discursos especializados, científicos e técnicos, a auxiliar na planificação linguística e a oferecer recursos sobre as circunstâncias da elaboração desses discursos ao explorar as ligações entre a terminologia e a sociedade.

Outra importante teoria é a Teoria Comunicativa da Terminologia - TCT, proposta por Cabré (1999), a qual retoma importantes aspectos da socioterminologia de Gaudin (1993;1996) e Gambier (1987), reconhecendo a variação nas linguagens de especialidade ao

afirmar que estas “pelo fato de serem subcódigos da língua geral, participam de suas mesmas modalidades dialetais e funcionais – ainda que de forma restrita – porque a função comunicativa é a prioritária entre especialistas”. (CABRÉ, 1993, p. 157).

Posteriormente, Cabré (2002) apresenta uma teoria específica para os termos por meio do estudo “Terminología y lingüística: la teoría de las puertas” (2002). Esta teoria, a Teoria das Portas - TP, aparece na sequência direta da TCT e diferencia-se da primeira no enfoque do objeto de estudo. A autora argumenta que são os termos e não a Terminologia que configuram os espaços disciplinares e as perspectivas de análise. (CABRÉ, 2002, p. 24)

Uma outra abordagem nos estudos de Terminologia é a terminologia textual, proposta por Bourigault e Slodzian (1999, *apud* MOURA, 2008, p. 38). Esta abordagem postula que:

[...] (1) o texto é o ponto de partida para a descrição textual a ser construída; e (2) o termo é o produto de um trabalho de análise, conduzido pelo linguista terminólogo. Para consolidar a proposta, os autores criam condições para a descrição das unidades lexicais e validação dos termos.

Esta teoria revela uma nova forma de descrever as unidades, por ter uma abordagem essencialmente descritiva ao procurar nos textos especializados as expressões linguísticas de uma área específica. O termo passa a ser parte integrante do processo, e a importância do caráter comunicativo no discurso de especialidade.

Temos ainda a Teoria Sociocognitiva da Terminologia - TST, proposta por Temmerman (2000; 2001, *apud* MINEIRO, 2004), ao propor substituir os princípios da TGT por outros novos, a saber:

(i) Não há conceptualização sem categorização; (ii) A compreensão é estruturável em moldes cognitivos; (iii) Existe variação, consoante o nível de especialização, na definição das unidades de significação; (iv) A sinonímia e a polissemia são funcionais no discurso de especialidade; (v) Os modelos cognitivos encontram-se em constante transição. (TEMMERMAN, 2000, p. 4-15)

Nesse sentido, a TST coloca em evidência o conceito quanto à sua natureza, com possibilidades de variação, sendo, também, uma inovação. A conceitualização não pode ser separada da atividade da fala, tampouco pode ser uma atividade isolada e individual, posto que é fruto de uma construção que se realiza no uso efetivo da língua em um âmbito especializado.

Por último, ressalte-se que essas novas propostas têm perspectivas em comum, tais como a valorização do contexto cognitivo e sociolinguístico do termo, valorização do texto como evento comunicativo e real e valorização dos usuários das terminologias.

Diante dessas diversas perspectivas de abordagem, discutiremos a seguir aspectos acerca do conceito de termo, objeto de estudo da Terminologia.

1.3 O TERMO

A partir de uma perspectiva conceitual, linguística e comunicativa, o termo é uma unidade de conhecimento e uma unidade linguística pertencente a uma linguagem de especialidade. Além disso, o termo possui a capacidade de comunicar o sentido especializado no âmbito de uma situação comunicativa também marcada por um ambiente considerado especial e especializado. Tal como afirma Cabré (1999, p.123), o termo é "palavra ativada singularmente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação" (CABRÉ, 1999, p.123). Para enfatizar esses aspectos do conceito de termo, Tuxi (2017, p.27) ressalta que:

[...] termo é, além de uma unidade linguística, uma unidade cognitiva, uma unidade de conhecimento, já que está ligada a um conceito científico. É também uma unidade de comunicação, já que esses termos são utilizados dentro de uma linguagem específica. Em comunicações especializadas entre aqueles que compartilham o mesmo saber, e que se identificam enquanto especialistas da mesma área por compartilharem uma linguagem de especialidades cuja unidade é o termo (TUXI, 2017, p.27).

Nesse sentido, o termo diferencia-se da palavra por estar ligado a uma área de conhecimento. Krieger e Finatto (2004, p. 78) sintetizam essa ideia dizendo que "o que faz de um signo linguístico um termo é o seu **conteúdo específico**, propriedade que o integra a um determinado campo de especialidade" (grifo nosso).

Em relação à função do termo, Krieger e Finatto (2004, p. 17) ressaltam a função de representar e de transmitir o conhecimento especializado, ao afirmar que:

[...] os termos realizam duas funções essenciais: a de representação e de transmissão de conhecimento especializado. Ao circunscreverem **conteúdos específicos**, as terminologias auxiliam também a **elidir ambiguidades** e jogos polissêmicos, frequentes no uso do chamado léxico geral da língua, contribuindo para uma desejada precisão conceitual (grifo nosso).

É, portanto, consenso considerar que o termo está a serviço de comunicações especializadas, posto que os termos representam e transmitem conteúdos próprios de cada área, tanto nas línguas orais como nas línguas de modalidade visual, como as línguas de sinais.

Tendo em vista que este trabalho trata do estudo terminológico em língua de sinais, a seguir discutiremos a perspectiva terminológica no âmbito da língua de sinais brasileira, em

especial com a finalidade de contribuir para as reflexões em relação à formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais em contextos especializados.

1.4 A TERMINOLOGIA E A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

A Terminologia da Língua de Sinais é uma área em constante crescimento, tendo em vista a possibilidade de aprimoramento e ampliação de conceitos e termos que outrora eram desconhecidos da comunidade surda. A comunidade surda esteve por muito tempo à margem da sociedade. Conquistou visibilidade e respeito linguístico e social após longo processo de luta que perpassou principalmente as décadas de 70, 80 e 90. Em 2002, a Língua de Sinais Brasileira de Sinais foi oficialmente reconhecida com a vitória da promulgação da Lei 10.436/2002, comumente chamada Lei de LIBRAS. Por meio dessa lei, a LIBRAS foi considerada o meio de comunicação e expressão do surdo. Em 2006, um outro dispositivo legal, o Decreto 5626/2005, regulamentou a referida lei e dispôs sobre a formação de docentes para o ensino de Libras e sobre a formação do tradutor e intérprete com habilitação em Libras – Língua Portuguesa, o que permitiu a inserção do sujeito surdo no contexto acadêmico e possibilitou que as informações fossem transmitidas por meio de sua língua, a LIBRAS.

É nesse contexto que estudos terminológicos em Língua de Sinais vêm sendo desenvolvidos de modo a possibilitar ao público surdo e ao profissional tradutor e intérprete de língua de sinais acesso ao conhecimento especializado em diversas áreas do conhecimento. Nascimento (2016) reforça a ideia supracitada, ao escrever que:

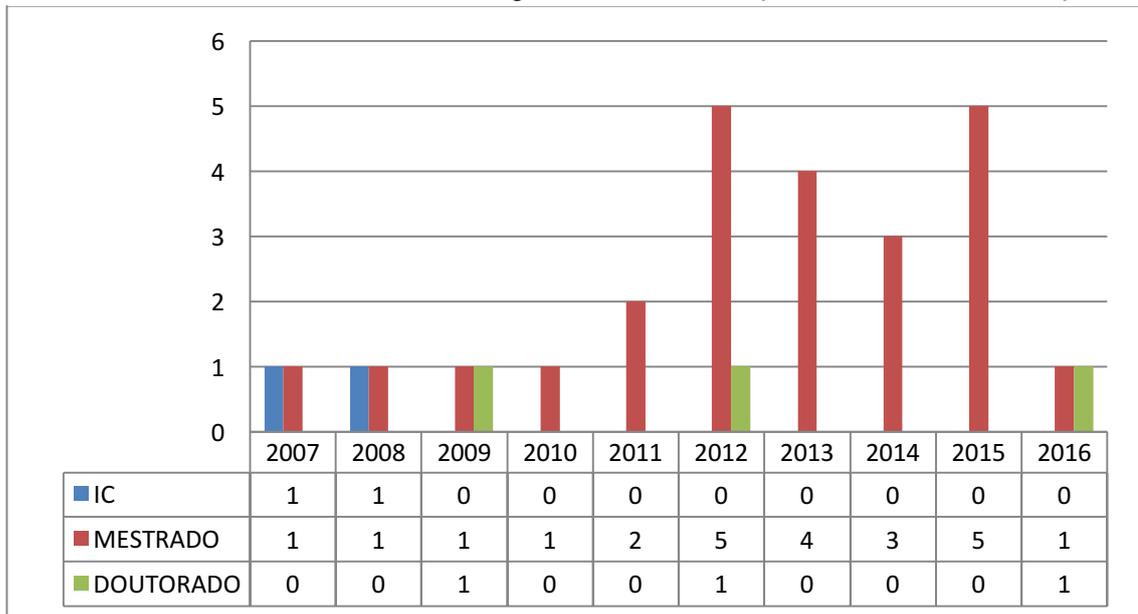
As terminologias das mais diversas áreas técnicas e científicas têm sido organizadas em léxicos, dicionários, glossários nas Línguas de Sinais. Isto se deve às conquistas de inclusão social dos surdos, que têm ocupado ambientes em que o vocabulário de LS precisa ser ampliado para a plena participação dos surdos, principalmente, nos espaços acadêmicos e técnicos (NASCIMENTO, 2016, p. 53).

Nesse sentido, os estudos terminológicos estão em especial em consonância com os direitos linguísticos à comunidade surda e com a adoção de políticas linguísticas pelo Estado brasileiro (e.g. com a promulgação da Lei n. 10.436/2002 para o reconhecimento legal da LSB) uma vez que permitem a produção de recursos linguísticos que podem contribuir para a participação igualitária e ativa dos surdos brasileiros na sociedade atual; no caso desta pesquisa, o glossário, além de ser um recurso aos TILS, também funciona como um recurso terminológico para auxiliar e facilitar o acesso da comunidade surda em geral ao sistema judiciário brasileiro. Ressalte-se que os direitos linguísticos emergiram e ascenderam à categoria de direitos humanos com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, redigida em 6 de junho de 1996, na

cidade de Barcelona com o patrocínio da UNESCO. (PERTILLE; PERTILLE,2018, p.140). Tal como argumenta Furtado (2016) os direitos linguísticos devem ser considerados direitos fundamentais uma vez que sem a garantia de direitos linguísticos é impossível uma participação social igualitária.

Para que possamos dar dimensão aos estudos da Terminologia e do Léxico da LSB, Tuxi (2017) apresenta um gráfico com os trabalhos realizados até o ano de 2016 com a temática acima citada.

Gráfico 1 - Estudos de Léxico e Terminologia da LSB – Da Iniciação Científica à Pós-Graduação



Fonte: Tuxi (2017, p. 197-198)

A representação do gráfico evidencia o crescimento significativo dos estudos da descrição da Lexicologia e Terminologia em LSB, um campo que cresce a cada ano. No anexo A desta dissertação, incluímos um conjunto de trabalhos desenvolvidos no âmbito de Programas de Pós-Graduação, acerca da Terminologia nas Línguas de Sinais. Contudo, não identificamos nenhuma pesquisa em relação à linguagem jurídica, campo ainda carente de estudos.

Nas línguas orais, o objeto de estudo da Terminologia é o *termo*. Nas línguas de sinais, consagrou-se, com base na proposta de Faulstich (2016), o signo linguístico *sinal-termo*, como objeto de estudo da Terminologia nas Línguas de Sinais. Essa proposta foi postulada com base no fato de que o signo-linguístico que compõe o sinal-termo nas línguas de sinais se constitui pela abstração mental do conceito e significado que o objeto representa na mente do interpretante, no caso o surdo, e no fato de que na língua de sinais há uma diferença entre sinais usados na linguagem comum e nas linguagens de especialidade (TUXI, p. 20).

Conforme Tuxi (2017, p. 20), termo e sinal-termo são “unidades terminológicas específicas que apresentam formas de registro e organização distintas”. No que se refere ao sinal-termo, este possui características específicas que permitem estruturá-lo em três categorias, a saber: i) iconicidade mental (FAULSTICH, 2007); ii) representação processual e iii) abstração conceitual.

A denominação *sinal-termo*, proposta conceitual criada por Faulstich¹ (2012), teve origem durante orientação de mestrado de Messias Costa (2012):

Durante as discussões de natureza lexicográfica, Faulstich percebeu que a expressão *sinal* ou *sinais* não correspondia ao significado de termos usados no contexto das linguagens de especialidade, especialmente na terminologia científica ou técnica. A designação *sinal* serve para os significados usados no vocabulário comum da libras, enquanto sinal-termo para as linguagens de especialidade (FAULSTICH, 2016, p. 5).

A partir da distinção de sinal e de sinal-termo apresentado por Faulstich, Tuxi (2017, p. 50) menciona ainda que:

A distinção entre sinal e sinal-termo demonstra que o sinal surge a partir da necessidade linguística da língua comum; por outro lado, o sinal-termo advém da premência de um sinal representar e conceituar os vocábulos na LS, dentro do contexto das áreas específicas e tecnológicas, com base em conceitos abstratos e definições de determinado objeto da área de especialidade.

Com vistas ao entendimento da conceituação e da estrutura do sinal-termo, traremos a seguir da estrutura do sinal em geral em língua de sinais, que também caracteriza a estrutura do sinal-termo. Consideramos que a diferença entre sinal e sinal-termo está no plano teórico de uma separação possível entre língua geral e linguagens de especialidade, esta última caracterizada pelo uso do sinal-termo em situações marcadas pela temática, pela situação comunicativa especializada e pelos interlocutores. (CABRÉ, 1993).

1.4.1 A estrutura dos sinais em língua de sinais

As línguas orais e as línguas de modalidade visual-espacial, como as línguas de sinais, possuem mecanismos capazes de armazenar itens, ou conjunto de palavras.

De acordo com Tuxi (2017, p. 45) "o conjunto de palavras de uma determinada língua constitui seu léxico", seja uma língua oral ou uma língua de modalidade visual-espacial.

Há diversas concepções para o léxico e, em grande parte, esse conceito está atrelado ao falante da língua em questão. No entanto, é necessário pensar além dos falantes e buscar o meio social onde a língua é utilizada, porque “[...] uma língua só existe inserida em uma

¹Disponível em <http://www.centrolexterm.com.br>, acesso em 10 de agosto de 2017.

cultura determinada, e o léxico apresenta a estrutura que obedece aos padrões de construções da língua a que pertence.” (FAULSTICH, 2013, p. 5).

É importante destacar que todas as línguas possuem fundo lexical, que é “[...] um componente no qual se acumulam todos os elementos léxicos de uma língua – predicados e palavras –, assim como as regras, por meio das quais é possível criar novas entidades de um modo produtivo.” (FAULSTICH, 2012, p. 368). A autora destaca ainda que o subcomponente do fundo é o *lexicón*: “O *lexicón* é formado por regras abstratas, que, segundo nosso entendimento, estão de acordo com a origem da língua” (ibidem).

Para Farias-Nascimento (2009), no *lexicón* organizam-se as estruturas internas em contínuo movimento de enriquecimento, atualização e inovação da língua.

O *lexicón*, então, é constituído, além dos constituintes, dos recursos que uma língua tem para a construção infinita de vocábulos, candidatos ao preenchimento de todas as lacunas lexicais e terminológicas dessa língua. Além de oferecer as regras de organização interna do léxico e dos termos, também oferece as possibilidades de associação dos termos entre si, com todos os componentes gramaticais e restrições que a língua comporta. (FARIAS-NASCIMENTO, 2009, p. 110).

No que se refere às línguas de sinais, Tuxi (2017, p. 46) considera que essas línguas

[...] também possuem um fundo lexical e, portanto, um *lexicón*. Essa afirmativa ainda é um tema muito debatido, principalmente pela linguística, no que diz respeito ao processo de criação de novas palavras – no caso dessa pesquisa, a criação de novos sinais. A dúvida maior refere-se ao que compõe o fundo lexical das línguas de sinais, visto que na LS não há uma língua-mãe, como existe na Língua Portuguesa, que tem o seu *lexicón* sedimentado no Latim. Portanto, o questionamento maior é: do que são constituídos os sinais?

No que se refere à estrutura dos sinais na LSB, observamos as considerações apresentadas por Faria-Nascimento (2009, p. 108) acerca do fato de que o *lexicon* da LSB é constituído pelos seguintes elementos: i) parâmetros, ii) classificadores, iii) empréstimos linguísticos, iv) elementos prototípicos e v) morfemas-base", apresentados a seguir.

i) Parâmetros são unidades distintas de ‘fonemas’ que constituem os sinais. São cinco os parâmetros em LS:

- a) **Configuração de Mão (CM)** refere-se às formas que as mãos podem adquirir. Elas podem advir da datilologia (alfabeto manual) ou de outras formas feitas pela mão predominante (mão direita para os destros), ou pelas duas mãos do emissor ou sinalizador. Atualmente, há 75 CMs (FARIA-NASCIMENTO, 2009) registradas. As CMs são de grande importância para a organização e o

registro de glossários bilíngues, uma vez que a mudança da CM pode representar uma outra palavra, ou mesmo nenhuma;

Figura 1 - sinais com CM diferentes



Fonte: arquivo pessoal

A imagem acima é um exemplo de CM, uma vez que o ponto de articulação e movimento são os mesmos, mas a palavra é diferente. A alteração da configuração de mão pode, portanto, indicar um novo sinal, ou nova palavra.

- b) **Ponto de Articulação (PA) ou Localização (L)** diz respeito ao lugar onde incide a mão predominante configurada. Ela pode tocar alguma parte do corpo ou se localizar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até à cabeça) e/ou horizontal (à frente do emissor). Nascimento (2016, p. 22) destaca que “não há sinal sem ponto de articulação, entretanto pode haver sinais sem configuração de mão, conseqüentemente sem orientação da palma.” Essa constatação define o PA como uma ferramenta de busca importante para as obras lexicográficas em língua de sinais;

Figura 2 - Sinais de mesma configuração em pontos de articulação distintos



Fonte: arquivo pessoal

Na imagem acima, verificamos a mesma CM, mas ponto de articulação diferente: na imagem à esquerda o ponto de articulação se dá à frente da testa, representando o sinal para *aprender*; na imagem à direita, o ponto de articulação se dá à frente da boca, representando o sinal para *sábado*.

- c) **Movimento (M)** é um parâmetro que representa as formas e direções que a CM pode utilizar. As possibilidades de descrição são baseadas nas formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso, os movimentos direcionais no espaço até os conjuntos de movimentos no mesmo sinal. “O movimento que as mãos descrevem no espaço ou sobre o corpo pode ser em linhas retas, curvas, sinuosas ou circulares em várias direções e posições” (KLIMA e BELLUGI, 1979 apud QUADROS e KARNOPP, 2004, p. 54);

Figura 3 - Parâmetro movimento que diferencia os sinais de ajoelhar e castigar



Fonte: arquivo pessoal

Acima verificamos a mesma CM e PA, mas quando se acrescenta o parâmetro ‘movimento’, é possível obter um novo sinal, ou nova palavra.

- d) **Orientação (OR)** relaciona-se aos sinais que podem ter uma direção. A inversão desta direção pode significar ideia de oposição, contrário ou concordância número-pessoal (QUADROS e KARNOPP, 2004, p. 59); e

Figura 4 - parâmetro orientação nos sinais de trabalhar e televisão



Fonte: arquivo pessoal

Aqui verificamos a mesma CM, M, PA neutro, ou espaço neutro, mas com orientação diferente: na imagem que representa o sinal TRABALHAR, a orientação é para baixo; na imagem que representa TELEVISÃO, a orientação é para frente. Observa-se assim que a alteração de algum dos parâmetros implica a possibilidade de obter novos sinais, quer dizer, novas palavras.

- e) **Expressões Não Manuais (ENM)** refletem o movimento de face, dos olhos, da cabeça ou do tronco e têm como função básica a marcação de construções sintáticas, assim como a distinção de itens lexicais. (QUADROS e KARNOPP, 2004, p. 60).

Figura 5 - Parâmetro ENM, de intensificador



Fonte: arquivo pessoal

Na imagem 6, verificamos os mesmos parâmetros de CM, M, PA e OR, mas a adição da ENM intensificadora marca a diferença entre *gostar* e *gostar muito*, não havendo a necessidade de acrescentar outro sinal para descrever a intensidade.

ii) **Classificadores** são formas constituídas por parâmetros usados para representar a forma e o tamanho dos referentes – que podem ser animados ou inanimados. Trazem consigo expressões de gênero, número, volume, tamanho, quantidade. Em LS, eles são usados para descrever ideias para as quais não há sistemas específicos, principalmente em substituição a uma palavra que não possui um referente em LSB (BERNARDINO, 2000, p. 95).

Figura 6 - Parâmetro classificador para subir na árvore

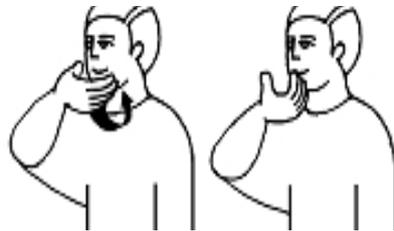


Fonte: arquivo pessoal

Acima, o classificador para subir na árvore, tanto para o homem subiu na árvore quanto para um animal subiu na árvore, a depender do contexto.

iii) Elementos prototípicos correspondem a unidades lexicais sinalizadas. Elas são consideradas de grande valor de representação de determinada categoria. Estudos apontam que há na LSB várias categorias lexicais representadas por protótipos (KLIMA e BELLUGI, 1979; FARIA-NASCIMENTO, 2009; NASCIMENTO, 2016). O exemplo, comumente utilizado nas pesquisas, diz respeito à ULS-maçã, que é o sinal considerado protótipo da categoria frutas.

Figura 7 - Unidade Lexical Sinalizada – MAÇÃ. Sinal prototípico da categoria Frutas



Fonte: Novo Deit-Libras – Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Libras (2013)

iv) Morfemas-base são “constituintes de unidades lexicais sinalizadas com o estatuto morfológico de radical, sobre os quais é possível construir uma infinidade de termos do mesmo campo semântico” (FARIA-NASCIMENTO, 2013, p. 96). Em outras palavras, o morfema-base simboliza o sinal cuja configuração semântica está concebida em sua raiz. Para Nascimento (2016, p. 28), “os morfemas-base são constituídos de alguns sinais, ou parte de sinais, que têm a função de base para a criação de diversas palavras e têm demonstrado constituírem elementos constituintes produtivos na construção de sinais nas áreas de especialidade”.

Figura 8 - Parâmetro de morfema-base



Fonte: arquivo pessoal

Acima, verificamos o exemplo do morfema-base, com o qual é possível construir elementos que tenham como base a palma da mão aberta. A partir desse morfema, é possível,

com alteração da outra CM, construir um novo sinal: no sinal da imagem à esquerda, podemos ver o sinal de LEI; na imagem à direita, com alteração da CM, tem-se o sinal para DECRETO.

É a partir desses fundamentos que a LS se constitui e se organiza para compor seu *léxico* (TUXI, 2017). E a combinação desses fundamentos possibilita a criação de novos sinais e de novos sinais-termos.

Nesse sentido, o processo de criação do sinal-termo advém da necessidade de a língua representar elementos complexos como são os da linguagem de especialidade e, desse modo, preencher lacunas.

O processo de construção terminológica com vistas ao preenchimento de lacunas na LSB constitui-se de mecanismos linguísticos se não idênticos, bastante semelhantes aos mecanismos linguísticos presentes na construção lexical. Isso porque Terminologia é léxico, e um lexema, unidade do léxico, ganha estatuto de termo, unidade da Terminologia, no contexto das linguagens de especialidade. No espaço abstrato de construção de palavras, o mecanismo linguístico é praticamente o mesmo (FARIA-NASCIMENTO, 2009, p. 59).

No que se refere ainda à criação de sinais, Tuxi (2017, p.50) afirma que

O processo de criação dos sinais, assim como dos sinais-termo, é ainda uma área do conhecimento científico com poucas pesquisas realizadas e publicadas, por isso constitui um campo aberto para análise futura. Há algumas pesquisas científicas que estudam o processo de criação de unidades lexicais sinalizadas (ULS), de unidades terminológicas sinalizadas (UTS) e de unidades terminológicas complexas sinalizadas (UTCS). Entre estas destacamos as contribuições de Faria-Nascimento (2009 e 2013), Oliveira (2015), Nascimento (2016) e Felten (2016).

Isto posto, quando da presença de léxico especializado, os sinais passam a ter um outro sentido, próprio da área de especialidade, e por isso a necessidade de distinção entre sinal e sinal-termo, vez que este último carrega valor semântico diferenciado do léxico comum.

Ante o exposto, no capítulo seguinte apresentaremos a importância da Terminologia para o tradutor intérprete de língua de sinais e a relevância dessa para aquisição das competências tradutórias.

CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO DA TERMINOLOGIA COM AS COMPETÊNCIAS DO TRADUTOR

No presente capítulo, apresentaremos a relação da Terminologia com Tradução e com a formação da competência do tradutor, com ênfase no profissional tradutor e intérprete de língua de sinais. Para compreender a natureza dessa relação, faremos uma breve apresentação do conceito de tradução especializada, abordaremos também as identidades e divergências entre as referidas disciplinas e as características e motivações dessa relação. Em seguida, discutiremos o fato de ser imprescindível a formação do tradutor em terminologia para que este possa conduzir bem a sua atividade profissional, com a proposta de um esquema flexível de comprometimento do tradutor com a terminologia.

2.1 A TRADUÇÃO ESPECIALIZADA E A TERMINOLOGIA

Existe uma relação evidente e inevitável entre a tradução especializada e a terminologia. (CABRÉ, 1999, p.177) A tradução especializada, também denominada tradução técnica e científica, é uma variedade de tradução com características específicas que conferem a ela individualidade. Uma característica essencial dessa variedade, ligada à própria denominação, é a importância da área temática. Duas outras características dessa variedade são a terminologia específica e a diversidade de tipos e gêneros textuais (HURTADO ALBIR, 1999, p.140).

Hurtado Albir (1999, p. 140) relaciona cada característica a um tipo de competência exigida. No que se refere à área temática, são necessários conhecimentos temáticos. No que se refere à terminologia, conhecimentos de terminologia. Por último, no que se refere à diversidade de tipos de gêneros textuais, são necessários conhecimentos das convenções respectivas a cada gênero. De modo a englobar todas as competências, Hurtado Albir acrescenta ainda a *capacidade de documentar-se*, quer dizer, de adquirir competência por meio de uma metodologia eficaz para identificar a informação que necessita e ser capaz de localizá-la e de assimilá-la de forma rápida para cumprir os prazos de entrega impostos pela prática profissional.

Muito embora sejam disciplinas autônomas e com objetos de estudo e pressupostos distintos, como afirma Ramos (2001), ambas as disciplinas se cruzam, especialmente pelo fato de serem oriundas de ciências comuns às duas áreas, tais como as ciências cognitivas, ciências

da linguagem e ciências da comunicação. Segundo Cabré (1999, p. 178), os aspectos da identidade entre a Tradução e a Terminologia são:

1. A tradição aplicada em contraste com seu caráter disciplinar, estabelecido recentemente. Tanto a terminologia como a tradução existiam na prática, originada por meio de condições que favoreceram a atividade de i) usar um termo para expressar o conhecimento especializado ou ii) traduzir, certamente oralmente, uma ideia em língua para o sistema de outra língua.

2. São campos interdisciplinares nos quais confluem as ciências cognitiva, da linguagem e da comunicação. Essa convergência ocorre em razão de i) a linguagem ser a matéria fundamental de ambas as disciplinas; ii) esta, a linguagem, por sua vez, refletir um conhecimento da realidade, iii) e, por último, a linguagem permitir que as pessoas se relacionem e expressem suas ideias e pensamentos.

3. Ambas disciplinas originaram-se da prática: i) a terminologia surgiu da necessidade de expressar um conhecimento especializado e do interesse dos cientistas chegarem a um acordo para a fixação dos conceitos e denominações de suas respectivas áreas, e ii) a tradução surgiu da necessidade de resolver um problema de compreensão e de facilitar a compreensão entre línguas distintas, uma necessidade de comunicação.

Em relação às divergências, Cabré (1999, p. 179) aponta duas características:

1) O caráter finalista da Tradução versus o caráter pré-finalista da Terminologia: i) a tradução, na acepção de texto, é um produto final, cujo objetivo é informar e possibilitar a comunicação; ii) a terminologia, com a acepção de lista das unidades especializadas de um âmbito de comunicação científica-profissional, não constitui unicamente um produto final de comunicação, mas um meio para conduzir outras atividades de caráter linguístico: a tradução, a interpretação, a supervisão, a edição ou a redação de textos especializados.

2) A Tradução, especialmente a especializada, necessita da Terminologia, enquanto que a Terminologia prescinde da Tradução: os termos não podem, nem devem proceder de materiais não produzidos por especialistas de uma área em uma situação normal de comunicação. A Terminologia buscará expressar o conhecimento especializado com adequação, por meio da seleção de termos usados em situações comunicativas reais.

Em meio aos aspectos de convergência e de divergência, Aubert (2001 p. 41-52) ressalta características de complementariedade entre as disciplinas, tal como a seguir:

a) os glossários, produtos de trabalhos de Terminologia, servem de auxílio ao tradutor: são ferramentas importantes no trato de termos científicos;

b) a Tradução serve como auxílio à Terminologia bilíngue ou multilíngue: A tradução possibilita conhecimento acerca de termos em outras línguas, e

c) o tradutor participa como criador de terminologia. Isso se deve ao fato de que o tradutor é um terminólogo em potencial.

Ressaltando os aspectos de complementariedade, Krieger afirma que:

[...] a Terminologia funciona como uma disciplina ancilar, de apoio para a Tradução, incluindo-se aí tanto sua face aplicada, consubstanciada sob a elaboração de produtos terminográficos, quanto a de campo de estudos com objetos de interesse próprios. De certa forma, é uma relação de complementariedade que não se confunde com um papel de subserviência, tendo em vista a grande funcionalidade pragmática que caracteriza a prática e o saber terminológicos (KRIEGER, p. 198)

A inter-relação de domínios é inevitável. Não há como desconhecer o valor intrínseco dos termos para a tradução técnica. Para tanto, Krieger (2006, p. 161) faz referência ao fato de que:

Os estudos teóricos e aplicados de Terminologia demonstram, portanto, seu aporte à competência profissional aqui manifestada pelo tradutor. Na realidade, a Terminologia é uma área de conhecimento que tem no termo técnico-científico seu objeto primeiro de estudo e de aplicação. Esta dualidade é inerente à área. Pode-se, inclusive, observar que muitos conhecimentos teóricos sobre a estrutura e comportamento dos termos nas comunicações especializadas assumem valor de diretrizes metodológicas para muitos tipos de aplicações.

Nesse sentido, fica evidenciada a necessidade do tradutor e intérprete se apropriar da Terminologia como um todo, e compreender que ao fazer isso estará aprimorando suas competências. De acordo com Krieger e Finato (2004, p.67), a "[...] motivação do encontro que direciona a Tradução para a Terminologia relaciona-se ao fato de que os termos técnico-científicos são elementos chave, nódulos cognitivos, dos textos especializados". O trabalho do tradutor está a todo tempo cercado de conhecimentos específicos já que "toda tradução (literária, audiovisual, etc.) é especializada no sentido de que requer determinados conhecimentos e habilidades especiais".

Nesse caso, se toda tradução requer um aparato terminológico, ainda mais as traduções especializadas, de acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 66), "[...] habitat natural das terminologias, leva efetivamente os profissionais da tradução a se defrontarem com os léxicos temáticos". Nesse sentido, os tradutores compreendem que os termos técnicos e científicos detêm conceitos próprios de uma área, para que possam representar a divulgação do conhecimento e comunicação entre os especialistas.

O tratamento adequado da terminologia é, portanto, condição necessária para efetuar uma boa tradução técnica, prática que não se reduz a problemas de vocábulos, tratando-se de

um complexo processo de transposição interlínguas, em que muitas variáveis linguísticas, semânticas, pragmáticas, estilísticas e culturais estão envolvidas.

No processo de tradução de uma língua oral para uma língua de sinais, além de todo o efeito de variáveis, estamos diante de um par linguístico de modalidade diversa, uma oral auditiva e outra viso-gestual, uma particularidade a mais no desenvolver do processo tradutório. Paden (2000, p. 174 apud Rodrigues, 2013) afirma que:

[...] em síntese, intérpretes de língua de sinais precisam administrar o ritmo durante a tradução: um sinal pode exigir muitas palavras para ser traduzido e, da mesma maneira, uma palavra pode não exigir muitos sinais para ser traduzida. Intérpretes de língua de sinais, frequentemente, encontram-se acelerando-se ou se retardando, tentando regular enquanto interpretam.

Tal afirmação se deve ao fato de a modalidade ser distinta, o que requer organização interna dos sinais na produção da narrativa, a estruturação dos enunciados no espaço, bem como a necessidade de intensificação ou não do parâmetro expressões não-manuais.

Essa dificuldade é ainda maior quando nesse processo, de tradução e/ou interpretação, o profissional estiver diante de termos de especialidade, pois os percalços no processo de tradução aumentam consideravelmente porque nem sempre os profissionais da área podem contar com boas obras de referência, bi e/ou multilíngues (KRIEGER, 2006). O acesso a esse tipo de obra é de grande utilidade, pois quanto maior forem os repertórios temáticos, haverá, por conseguinte, a contribuição positiva para o ato de documentar-se, componente que integra o rol de competências exigidas do tradutor especializado (HURTADO ALBIR, 1999, p.140).

Ora, se nos estudos das línguas orais as obras de referência são escassas, ainda mais o é nas línguas de sinais, pois como dito no capítulo anterior, estas encontram-se em fase de construção e ampliação de seu léxico comum e de especialidade.

Ressalte-se, no entanto, os esforços empenhados para o desenvolvimento de trabalhos relativos à temática terminologia e/ou lexicologia da língua de sinais (delimitados no Anexo A desta dissertação) por pesquisadores, mais especificamente estudantes de pós-graduação e docentes em universidades brasileiras, tais como na Universidade de Brasília, representada pelas pesquisas desenvolvidas no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm), sob a coordenação da Profa. Dra. Enilde Faulstich; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de São Paulo/Araraquara, Universidade do Grande Rio,

Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Tecnologia Federal do Paraná.

No que se refere à formação do profissional TILS, esforços também vem sendo desenvolvidos pelas universidades brasileiras por meio da abertura de cursos de graduação de formação em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa, tais como na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e na Universidade Federal de Goiás (UFG). As grades curriculares (apresentadas no Anexo B desta dissertação) em geral apresentam disciplinas relativas ao estudo do par de línguas (língua de sinais e língua portuguesa), disciplinas da área de literatura, disciplinas teóricas relativas aos Estudos da Tradução, disciplinas para a prática da tradução e da interpretação e estágios supervisionados.

Disciplinas relativas à Terminologia não foram especificamente incluídas nas grades curriculares dos referidos cursos. Com o apoio dos diversos estudos na área de Terminologia em línguas de sinais, tais como os acima apresentados, espera-se que em futuras reformas curriculares seja proposta a inclusão de disciplinas ligadas especificamente ao estudo da Terminologia e da Terminografia como fundamentais para a formação do tradutor e intérprete. Observa-se que cursos de graduação de formação de Tradutor no Brasil, ao fazer a reforma curricular, incluíram disciplinas ligadas à Terminologia, como é o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bacharelado em Letras – Tradutor Português e Inglês, com a introdução de duas disciplinas, “Introdução à terminologia” e “Terminologia Aplicada”, e da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de São José do Rio Preto, Bacharelado em Letras com Habilitação de Tradutor, com a inclusão da disciplina “Introdução à terminologia e às tecnologias da tradução”.

Apresentamos a seguir um panorama sobre os campos de atuação e as perspectivas da formação acadêmica do tradutor e intérprete de língua de sinais.

2.2 TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS: SEUS CAMPOS DE ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS

O tradutor e intérprete de línguas de sinais é o profissional que perfaz caminhos ao mesmo tempo correlatos e distintos do profissional de línguas orais; a visibilidade desse profissional está muito mais atrelada à acessibilidade de um povo minoritário dentro de seu próprio país.

Nesse âmbito, faz-se necessário explicitar a distinção entre o conceito de tradução em relação ao de interpretação de língua de sinais. Os processos de tradução e de interpretação

podem compartilhar características diversas, mas operacionalmente/cognitivamente eles se materializam de modo diferente. Enquanto na tradução, o processo propriamente dito é mais evidente e o profissional consegue acessar as diferentes etapas que compõem, na interpretação a tendência é de que o intérprete foque no produto final, em consequência das circunstâncias que ocorrem. Em razão de a interpretação ser um processo mais imediato, não há tempo de buscas externas e há necessidade de agilidade e maior capacidade de memória. (RODRIGUES, 2018)

Nesse sentido, é importante perfazer, mesmo que de forma sucinta, um percurso histórico do surgimento do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais. Contudo, esbarramos na dificuldade de acessar registros históricos capazes de situar o início dos primeiros profissionais. De acordo com Santos (2006):

Precisar a data e o lugar dos primeiros ILS se constitui em uma tarefa difícil de ser realizada. Por um lado, essa dificuldade se dá pelos raros documentos escritos que tratam sobre a história dos ILS. Por outro lado, antigamente, a atividade de interpretar não era reconhecida enquanto profissão, dificultando saber quem eram essas pessoas. (SANTOS, 2006. p.56)

Alguns outros fatores podem auxiliar essa visão, do 'não profissional', pois a figura do intérprete de língua de sinais estava atrelada ao desempenho no ambiente religioso, para evangelizar e trazer o surdo ao seio da comunidade cristã. Outra questão eram os CODAS², filhos de pais surdos, cuja primeira língua é a língua de sinais. Esses auxiliavam e auxiliam seus pais nos mais diversos afazeres da vida cotidiana, mesmo que de forma informal, ou seja, mesmo sem conhecimento mais aprofundado sobre o ato interpretativo. (SANTOS, 2006)

Aqueles que não eram filhos de surdos ou não participavam de grupos religiosos tinham poucas chances de conhecer a língua tendo em vista a quase inexistência de cursos de formação. As 'formações' que existiam não abordavam outros temas, a não ser os da própria igreja.

[...] o trabalho de evangelização direcionado aos surdos implicava na presença de ILS para realizar as interpretações. Diversas denominações religiosas criaram ministérios de surdos em templos, a fim de levar a palavra de Deus às pessoas surdas. Esse fato é um marco na história dos ILS, pois a maioria dos profissionais, que hoje atuam, tiveram origem nestes espaços e mantiveram relações estreitas com as questões religiosas (SANTOS, 2006, p. 47).

Nesse sentido, a 'formação' e atuação dos TILS, por muito tempo, estiveram vinculadas a esse espaço. A mudança de perspectiva se dá somente após a promulgação da

²CODAs: acrônimo da expressão em Inglês *Children of Deaf Adults*, refere-se aos filhos ouvintes de adultos surdos.

Lei no. 10.436/2002, que teve como objetivo o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, como meio de comunicação e expressão dos surdos, qual seja:

Art. 1 É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

A Lei acima descrita tem uma importância fundamental, uma vez que, ao reconhecer a LIBRAS como forma de comunicação, possibilita ao sujeito surdo exigir que as instituições de ensino passem a ter a obrigatoriedade na contratação de profissionais tradutores e intérpretes de línguas de sinais, exigindo cada vez mais qualificação, dada a matrícula de estudantes surdos nos mais diversos cursos de graduação.

Importante destacar que a menção a esse profissional, TILS, em documentos oficiais, surge com a regulamentação da Lei acima citada, por meio do Decreto no. 5626/2005³.

O Decreto supracitado refere-se, no capítulo V, à formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, estipulando que a formação deste deva ocorrer por meio de curso superior em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. Menciona ainda outras possibilidades além da formação em nível superior, a saber:

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Ainda no Decreto no. 5626/2005, o capítulo VI aborda a garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Trata também da organização necessária para a acessibilidade nas instituições de educação do ensino fundamental e médio da educação básica, do ensino profissionalizante e do Ensino Superior.

Como acima mencionado, o campo de atuação passa a ser outro, cada vez mais amplo. O TILS é percebido como profissional capaz de possibilitar acessibilidade linguística da comunidade surda usuária de LSB.

No que se refere à acessibilidade linguística aos meios de comunicação e audiodifusão, essa foi garantida por meio da Lei no. 10.098/2000⁴, mais conhecida como a lei

³Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em set. 2017.

Temos visto, nos dias atuais, uma aproximação dos ILSs⁶ com os ILOs, não só em questões relacionadas à profissão, mas também em um novo cenário, isto é o de pesquisas e a filiação dessas pesquisas ao campo dos Estudos da Tradução. Como podemos perceber nos últimos eventos realizados pela Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (Abrates) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (Abrapt), que contaram com apresentações e espaços relacionados à tradução e interpretação de Libras. (NOGUEIRA, p. 40, 2016)

Isto posto, o campo de atuação desse profissional tende a crescer cada vez mais, não somente no que tange a uma perspectiva laboral mas também acadêmica. Dito isso, passamos à análise das competências tradutórias e a relação com a terminologia.

2.3 O PAPEL DA TERMINOLOGIA NA FORMAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRADUTOR

Nas atividades de tradução, em especial de tradução especializada, o tradutor exerce, muitas vezes, o papel de ser um terminólogo em potencial, uma vez que, a todo momento, este se depara com questões ligadas ao conhecimento de uma linguagem de especialidade. De acordo com Krieger (2006, p. 159):

Há tradutores-terminólogos na medida em que a tradução técnica, obrigatoriamente exige do tradutor competência para reconhecer e transpor para a língua de chegada os termos presentes no seu texto de partida, além de saber arquivar de modo organizado os resultados de suas pesquisas

A inter-relação de domínios é inevitável. Não há como desconhecer o valor intrínseco dos termos para a tradução técnica. Para tanto Krieger (2006, p. 161) faz referência ao fato de que:

Os estudos teóricos e aplicados de Terminologia demonstram, portanto, seu aporte à competência profissional aqui manifestada pelo tradutor. Na realidade, a Terminologia é uma área de conhecimento que tem no termo técnico-científico seu objeto primeiro de estudo e de aplicação. Esta dualidade é inerente à área. Pode-se, inclusive, observar que muitos conhecimentos teóricos sobre a estrutura e comportamento dos termos nas comunicações especializadas assumem valor de diretrizes metodológicas para muitos tipos de aplicações.

Diante disso, a preocupação dos tradutores quando se deparam com termos, quando estes verificam o grau de funcionalidade e capacidade cognitiva e comunicativa envolta em sua tarefa, afinal, tradução é uma atividade complexa caracterizada por um ritmo cognitivo específico e requer a utilização de múltiplas habilidades, conforme quadro abaixo, a respeito das competências de tradução técnica.

⁶O autor utiliza a nomenclatura ILS- Interprete de Língua de Sinais- para intérprete de língua de sinais, uma vez que em seu trabalho apresenta a questão ligada a interpretação em ambiente de cabine para Conferência, e opta pela diferenciação.

Tabela 1 - Características de textos técnicos e competências requeridas para a tradução técnica

Característica do funcionamento textual →	Competência requerida do tradutor
Importância do campo temático →	Capacidade de documentar-se em relação aos textos técnicos
Conhecimentos de âmbitos técnicos	
Utilização de terminologia específica → Aplicação da terminologia técnica adequada na língua de chegada	
Presença de características de gêneros técnicos → Domínio dos traços convencionais dos gêneros técnicos na língua de chegada	

Fonte: KRIGER E FINATTO, 2004, p. 67.

Com base no quadro acima, percebemos que a tarefa do tradutor não se limita apenas a verificar o texto fonte e transpor para a língua alvo. Nessa atividade, estão envolvidos o conhecimento do campo temático, a utilização de uma terminologia adequada com o objeto e a presença de traços convencionais do gênero textual na língua chegada.

Nesse quadro de discussão, Aubert (1994, p. 45) apresenta o conceito de competência referencial, que "se refere ao desenvolvimento da capacidade de buscar conhecer e se familiarizar com os *referentes* dos diversos universos em que uma atividade de tradução pode ocorrer", ou seja, a necessidade da busca pelo referente, e nesse ponto o glossário é uma ferramenta de auxílio essencial.

Para Gonçalves (2015, p.120) o conhecimento da terminologia é um conjunto de "conhecimentos e metacconhecimentos relativos à utilização do vocabulário especializado (terminologia) das respectivas áreas temáticas ou de conhecimento especializado dos textos traduzidos", o mesmo autor menciona ainda a capacidade temática, vinculada também aos textos de especialidade.

Capacidade temática: habilidades, conhecimentos e metacconhecimentos relativos a áreas de conhecimento especializado, ou seja, conhecimento específico em determinada área artística, profissional, técnica ou científica (por exemplo literatura, biologia, psicologia, computação, dramaturgia, marcenaria, pintura etc). Esta categoria pode tender a utilizar-se mais de processos no nível procedimental (habilidades), quando se tratar de uma arte ou ofício, ou mais no metacognitivo, quando se tratar de uma ciência (GONÇALVES, p. 120, 2015).

Ou seja, a capacidade temática nos revela a importância da Terminologia para o profissional tradutor e intérprete, pois ao se municiar de ferramentas que o auxiliem em sua tarefa diária estará também ampliando suas competências.

Tendo em vista as competências e subcompetências mencionadas, e, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento na formação do tradutor, Cabré (1999, p. 193-194) ressalta o papel da Terminologia em sua formação. Cabré sugere a possibilidade de o tradutor adotar níveis de comprometimento ou compromisso com a terminologia (*niveles de implicación en la terminología* em espanhol) a partir das necessidades práticas que determinado trabalho de tradução coloca ao tradutor. Cabré indica quatro níveis de comprometimento possíveis com a terminologia:

O primeiro nível de comprometimento é quando o tradutor se depara com um conceito especializado que desconhece, veiculado por meio de um termo na língua de partida. Para resolver o problema, ele recorre a dicionários bilíngues e plurilíngues, ou acessa banco de dados especializados. A resposta pode ser positiva ou negativa, mas o fato é que o tradutor é absolutamente passivo em terminologia, no sentido de que os únicos conhecimentos que utiliza é a busca nas referidas fontes de referência.

O segundo nível de comprometimento é quando o tradutor, diante da impossibilidade de resolver o problema anterior, recorre a sua própria competência no sistema linguístico e propõe uma unidade lexical neológica, a fim de preencher uma lacuna lexical existente. A solução mostra, no entanto, que a participação do tradutor ainda é nula em terminologia porque ele busca resolver um problema terminológico com a lógica da lexicologia.

O terceiro nível de comprometimento indica que o tradutor busca concentrar-se na realização de traduções pertencentes a determinadas áreas de conhecimento. A restrição indica que o tradutor se preocupa com a necessidade de conhecer o tema de modo mais aprofundado possível. Observa-se também que o tradutor está consciente de que conhecer uma temática determinada pressupõe conhecer sua terminologia: é por meio dos termos que se transmite prioritariamente o conhecimento especializado. Neste nível de comprometimento, o tradutor, além de conhecer os termos da área de especialidade, começa a ter um compromisso real com a terminologia por meio de duas atividades principais: a) seleção de termos dos textos traduzidos para a construção de uma base de dados; b) análise sistemática do modo como os termos são representados em determinada área, o que permite também a proposição de neologismos para preencher lacunas lexicais na língua de chegada.

Ressalte-se que para atuar nesse nível de comprometimento, é necessário ter conhecimento de metodologia da pesquisa terminológica e do processamento de informações terminológicas: diretrizes sobre o reconhecimento e representação dos termos oriundos de lacunas lexicais e sobre a elaboração e gestão de banco de dados.

O quarto nível de comprometimento terminológico indica que o tradutor usa a informação terminológica do banco de dados para resolver lacunas denominativas e divulga essa informação em forma de glossário a outros tradutores que trabalham com a mesma temática. Nesse caso, o tradutor passa a atuar como um terminólogo sistemático e deve conhecer corretamente a metodologia de seleção sistemática de termos em perspectiva monolíngue e bilíngue.

Em síntese, Cabré (1999, p.195) considera que o grau de comprometimento do tradutor com a Terminologia determinará o grau de sua formação em tradução.

Nesse sentido, de modo ampliar o nível de comprometimento dos TILS com a Terminologia e, conseqüentemente, contribuir sua formação, este trabalho se propõe a realizar a presente pesquisa em busca da construção de um glossário e a importância do mesmo.

2.4 O GLOSSÁRIO COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO

De acordo com Faulstich (2010) o glossário é um documento terminográfico destinado a atender um público que busca informações lexicais precisas e que visa melhorar o desempenho linguístico, e segue ao afirmar que glossário é:

[...] repertório de termos, normalmente de uma área, apresentados somente em ordem sistêmica ou somente em ordem alfabética. O ideal é que um glossário seja elaborado e concluído abrangendo tanto a ordem sistêmica quanto a ordem alfabética, assim o leitor não perde a informação que está contida numa remissão de termos. Em um glossário, um verbete apresenta as informações registradas na ficha de terminologia de cada termo, de acordo com a constituição que o elaborador estruturou a ficha. É preciso estar atento para essa constituição, a fim de evitar transformar um glossário em um léxico (FAULSTICH, 2014, p. 1).

Desse modo, o glossário se qualifica como uma obra terminográfica, cujo objetivo específico é determinado principalmente pelo seu público-alvo. Sabemos também que o registro e a organização do glossário dispõem de uma estrutura pré-estabelecida pelo terminógrafo. A respeito disso, Faulstich (2014, p. 1) afirma que os glossários podem ser divididos em três categorias:

1. repertório que define termos de uma área científica ou técnica, dispostos em ordem alfabética, podendo apresentar ou não remissivas;
2. repertório em que os termos, normalmente de uma área, são apresentados em ordem sistemática, acompanhados de informação gramatical, definição e remissivas, podendo apresentar ou não contexto de ocorrência. A autora destaca em nota que os glossários em ordem alfabética e os em ordem sistemática podem também conter sinonímia variantes e equivalentes; e

3. repertório em que os termos são apresentados em ordem alfabética ou em ordem sistemática seguidos de informação gramatical e do contexto de ocorrência.

Em síntese, a estrutura de uma obra segue o método determinado pelo autor, e para cada tipo, seja, dicionário, glossário ou vocabulário, existem métodos obrigatórios de macro e microestruturas.

Para Correia (2009), o glossário é restrito a um determinado domínio do conhecimento, sendo este constituído por regionalismos, arcaísmos, neologismos, etc; a mesma autora define que "o glossário distingue-se do dicionário não apenas pelo número reduzido de entradas, mas também pela possibilidade de reduzir as informações apresentadas". (CORREIA, 2009, p. 31).

A macroestrutura de um dicionário ou glossário, de acordo com Tuxi (2017, p. 102) "exprime o conjunto de informações gerais de identificação da obra, assim como suas respectivas orientações de uso e consulta". Para Barros (2004, p. 151) a macroestrutura corresponde à "organização interna da obra, composta de todas as informações pertinentes aos verbetes e sua organização".

Faulstich (2010), por sua vez, destaca que a macroestrutura, envolve toda a obra desde a introdução, os anexos, a bibliografia e, caso existam, ilustrações, fotos ou mapas. No presente trabalho, seguimos o entendimento proposto por Tuxi (2017), no qual a macroestrutura é entendida como o conjunto de informações e identificação de um glossário constituído de elementos que indicam a forma de registro, bem como sua organização.

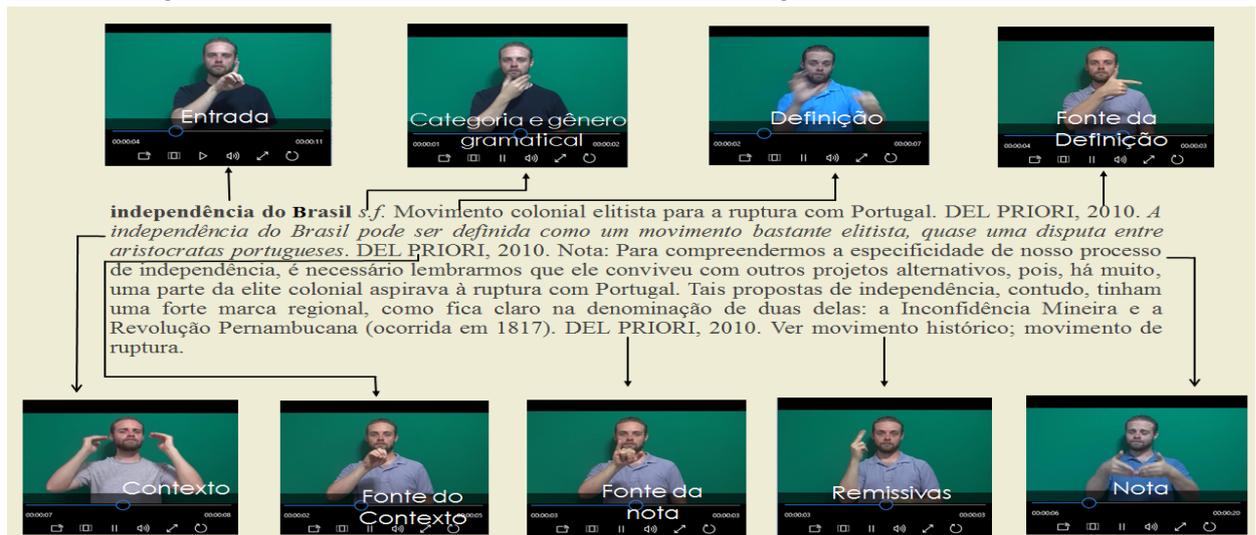
As obras lexicográficas em língua de sinais - LS registram a macroestrutura da mesma forma que as línguas orais, em virtude de grande parte dos dicionários serem impressos, sem a duplicação em mídia digital (TUXI, 2017). Porém, sem o formato digital ou mesmo eletrônico, há impeditivo para que se compreenda a posição correta e os movimentos a serem feitos, por estarem estáticos, ao passo que a possibilidade de meios digitais possibilita a visualização dos termos, em respeito à modalidade da língua.

Já a microestrutura simboliza o verbete, isto é, a parte terminográfica do glossário que contém as informações gramaticais e lexicais dos termos, em cuja composição estão a entrada, a categoria gramatical, a definição, o contexto e a nota, entre outras informações que se fizerem necessárias. Logo, a microestrutura é o verbete pronto. (FAULSTICH, 1995)

Para Faulstich (1995, p. 23), "o conjunto de informações que estrutura cada verbete do glossário deve ser descrito, nas fichas terminológicas, de acordo com o objetivo do Terminógrafo".

De acordo com Tuxi (2017, p. 47) em Língua de Sinais Brasileira "o verbete deve conter estruturas que possibilitem ao consulente a compreensão conceitual e estrutural do sinal-termo". Dentre as pesquisas que foram analisadas na tese de Tuxi (2017), a autora destaca o verbete bilíngue elaborado por Felten (2016, p. 123), que apresenta a seguinte microestrutura:

Figura 9 -Estrutura do verbete do Glossário Sistemico Bilingue - Termos da História do Brasil



Fonte: Felten, 2016, p.123

O verbete acima apresenta as informações e a estrutura tanto em LS quanto em LO e, segundo Tuxi (2017, p. 104):

Entre as pesquisas científicas analisadas, o trabalho de Felten (2016) mostra ser o primeiro a registrar o verbete de forma bilíngue, ou seja, com os verbetes completos tanto em LP quanto em LSB. Essa estrutura é resultado de pesquisas que o autor realizou na Terminografia da LSB. No entanto, é preciso destacar que a proposta de organização em questão ainda está em processo de verificação, quer dizer, a validação da estrutura já ocorreu, contudo, a educação lexicográfica experimenta seus passos iniciais nos dias atuais. Além disso, há ainda uma busca, por parte dos pesquisadores da área, por orientações específicas acerca do registro e da organização de glossários bilíngues nas áreas de terminografia e lexicografia em LS.

Os glossários em LS ainda não apresentam um padrão definido, como dito pela autora e isso se deve ao fato das investigações nesse campo ainda estarem em sua fase inicial.

O glossário bilíngue tem, por finalidade, a descrição de dois termos. Estes são normalmente grafados em línguas distintas, sendo uma língua fonte - LFe e outra a língua alvo- LA (TUXI, 2017). Para Faulstich (2010), registrar duas línguas em uma obra não a torna bilíngue, porque, “[...] não é somente a presença de duas línguas que torna um dicionário bilíngue, mas principalmente o motivo pelo qual as duas línguas são postas em contato” (FAULSTICH, 2010, p. 175), ou seja, o contato entre as línguas é o pontapé inicial no processamento de glossários.

É fundamental que o especialista em terminologia conheça o perfil do usuário, para que o repertório terminológico que venha a ser elaborado se torne um instrumento de consulta útil e seja fonte de informação lexical e semântica de áreas específicas do conhecimento.

Além disso, acrescentamos que o glossário é uma ferramenta de auxílio e desenvolvimento de competências, em especial a competência cognitiva, uma vez que possibilita adquirir conhecimento temático e terminológico em uma determinada área do conhecimento. Poucas são as pesquisas desenvolvidas, segundo Santos (2013), relativas à produção de glossário especializados em LS. E poucos são os materiais disponíveis que possam auxiliar no processo de formação destes tradutores e intérpretes.

No Brasil, a produção de pesquisas que contemplem o estado da arte sobre TILS nos Estudos da Tradução é carente e parece insuficiente para determinar ações governamentais a favor da formação de profissionais da tradução e interpretação. (SANTOS, 2013, p.184)

A proposta de um glossário como ferramenta, uso e formação para o tradutor intérprete de língua de sinais, além de ser um material inovador, é também uma possibilidade ao universo linguístico da língua de sinais, tanto cognitivo como denominativo. Nesse sentido o capítulo seguinte delinea a metodologia utilizada a recolha dos termos e os sinais-termo correspondentes.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS SINAIS-TERMO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa terminológica em perspectiva bilíngue. Para isso seguiremos a proposta metodológica de Tuxi (2017) sobre metodologia de pesquisa em terminografia de glossários bilíngues.

3.1 ABORDAGEM E NATUREZA DA PESQUISA

Nesta pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa. Segundo Flick a abordagem qualitativa é:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem. (FLICK, 2010. p. 16)

A pesquisa pretende analisar as questões que compõem o espaço jurídico e com isso interpretar, descrever e analisar esses elementos.

Nesse sentido, a natureza da pesquisa também é descritiva. Para Gil (1999, p. 46) a pesquisa descritiva “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis.”

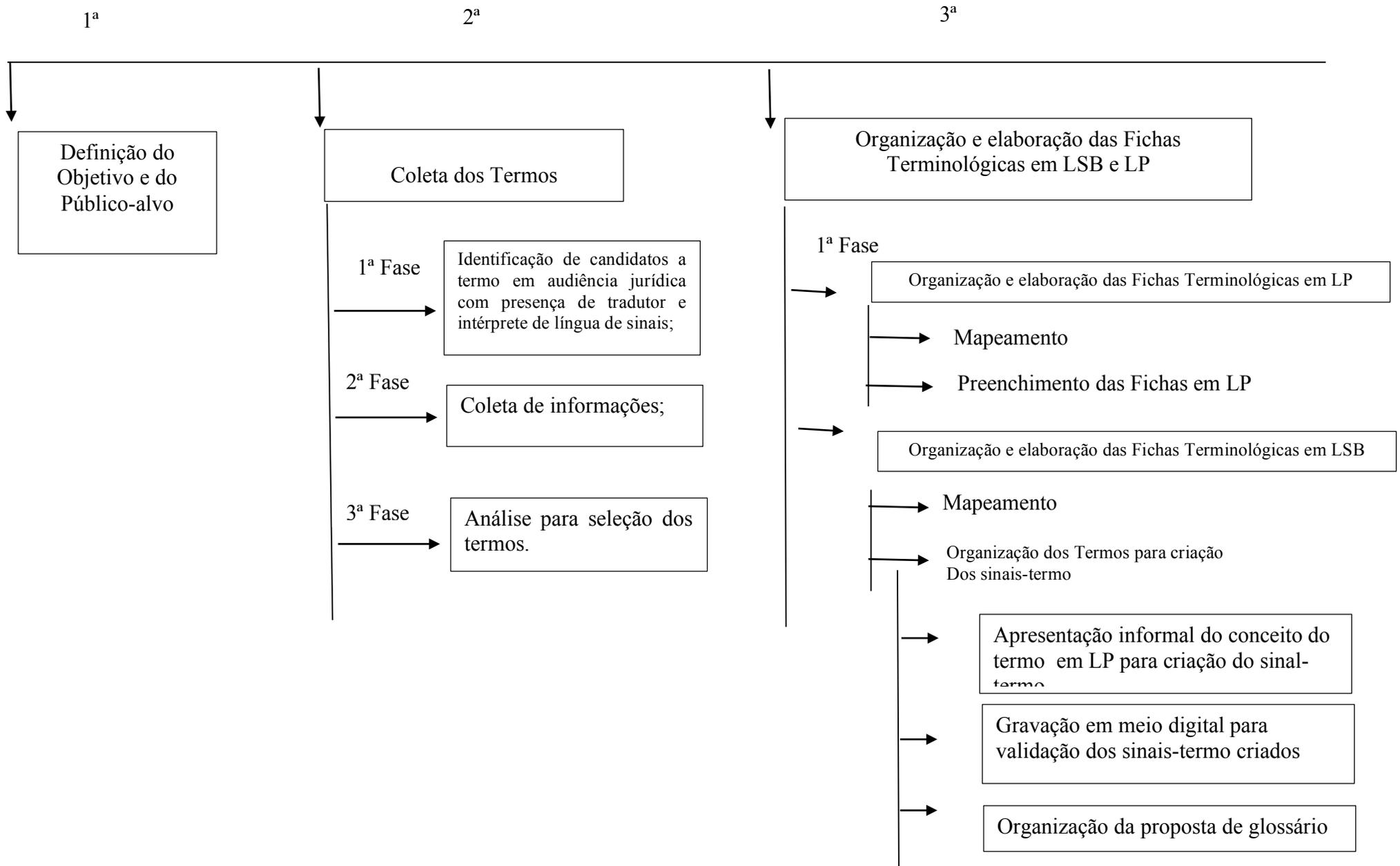
Dessa forma, a abordagem qualitativa possibilitou analisar o ambiente natural desta pesquisa no qual a pesquisadora atua de forma direta, uma vez que está inserida no contexto real da situação tanto pela prestação de serviços jurídicos a surdos, como pela atuação como tradutora e intérprete de língua de sinais.

Assim, com base na abordagem e na natureza, passaremos à apresentação da metodologia da pesquisa terminológica. Utilizaremos o percurso metodológico instituído por Tuxi (2017) em sua tese de doutorado por meio do qual a autora desenvolveu um fluxograma que visa o cadenciamento processual, com base nos princípios teóricos de Chiavenato (2007).

[...] o fluxograma tem uma representação horizontal que significa as etapas desenvolvidas em determinado tempo e a representação vertical os procedimentos

executados em cada etapa, sendo que estes precisam ser concluídos para que uma nova etapa se inicie. As etapas consistem em: i) As etapas do percurso metodológico e ii) A segunda fase da terceira etapa que é: Organização e elaboração das Fichas Terminológicas em LSB. (TUXI, 2017, p. 121)

Apresentaremos a seguir o fluxograma para em seguida descrever as três etapas principais e seus procedimentos específicos. São elas: i) definição do objetivo e do público-alvo; ii) coleta dos dados e iii) organização e elaboração das fichas terminológicas em LSB e LP.



Fonte: Adapt Tuxi (2017, p. 126)

3.2 DEFINIÇÃO DO OBJETIVO E DO PÚBLICO-ALVO

A primeira etapa consistiu em definir o objetivo e o público-alvo da pesquisa. Tendo em vista que o objeto de estudo são os termos e os sinais-termos que compõem o processo judicial inserido no sistema do Processo Judicial Eletrônico-PJe, o objetivo desta pesquisa foi propor a elaboração de um glossário bilíngue – LP e LSB dos termos e sinais-termos desse sistema PJe.

O Processo Judicial Eletrônico - PJe foi criado em 2009 com o objetivo de facilitar e agilizar o acesso à prestação jurisdicional. No início esse sistema foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª região - TRF5, e foi posteriormente ampliado por meio de parceria com outros tribunais e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB para a automação do Judiciário em todo território nacional⁷.

Figura 10 - Capa digital do Processo Judicial Eletrônico - PJe



Fonte: Conselho Nacional de Justiça

É importante destacar que o processo judicial eletrônico possui características importantes, conforme nos ensina Freitas (2014, p. 35):

[...] a publicidade e a **facilidade no acesso à informação, uma vez que os autos eletrônicos estão disponíveis na internet; celeridade processual uma vez que o processo elimina a burocracia dos atos praticados nos cartórios, a exemplo de paginação, de carga aos autos, entre outros; comodidade**, vez que o advogado não precisa se deslocar até o Fórum para prática de atos processuais; reconhecimento da validade de documentos digitais; diminuição do contato pessoal, vez que todos os atos são praticados diretamente no sistema; segurança e autenticidade dos atos processuais, mediante certificação e assinatura digital; (grifo nosso)

Atualmente tornar a informação acessível é um objetivo do sistema jurídico, conforme se verifica na Resolução n. 215 de 16/12/2015 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, conforme segue:

⁷Retirado em <http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/processo-judicial-eletronico-pje>, acessado em 20 de fev de 2018.

CONSIDERANDO ser a publicidade um dos princípios fundamentais regentes da administração pública, compreendendo a transparência, a acessibilidade, a integralidade e a integridade das informações referentes à gestão administrativa e financeira da coisa pública;

Art. 2º Os órgãos administrativos e judiciais do Poder Judiciário devem garantir às pessoas naturais e jurídicas o **direito de acesso à informação, mediante procedimentos objetivos e ágeis**, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. (BRASIL, 2015) (grifo nosso)

Apesar de o Conselho Nacional de Justiça - CNJ orientar que a linguagem jurídica utilizada em processos públicos deva ser acessível, boa parte dos termos empregados no processo ainda são de difícil compreensão conceitual por parte do cidadão, principalmente aquele que não tem contato constante com termos jurídicos. Como resultado, mesmo utilizando um dicionário de especialidade, a linguagem adotada nos procedimentos é extremamente jurídica.

Dessa forma, como fazer essa informação ser acessível a um usuário surdo que tem como primeira língua a LSB? E como auxiliar os TILS que acompanham os surdos em situações que envolvem a justiça a ter conhecimento dessa linguagem de especialidade?

Nesse sentido, percebemos a importância desta pesquisa para o desenvolvimento de um glossário bilíngue da área jurídica com foco no Processo Judicial eletrônico. Esse glossário poderá ser utilizado tanto como fonte de aprendizado como de consulta a estudantes do curso de Bacharelado em Estudos da Tradução, surdos que necessitem de maiores explicações acerca da área jurídica, surdos envolvidos em um processo judicial e aqueles que pretendem ingressar em cursos de Direito.

O público-alvo desta pesquisa, portanto, são os usuários de LSB como primeira ou segunda língua, que venham a utilizar o sistema jurídico e necessitem utilizar materiais de consulta, como glossários com uma linguagem jurídica do processo mais acessível.

O glossário a ser elaborado deve ser considerado bilíngue, pois se constitui de duas línguas, a LSB e LP, com verbetes específicos para as entradas em cada língua. Nesse sentido, o modelo de glossário proposto por Tuxi (2017) apresenta os verbetes na íntegra:

A forma de registro, bem como, a organização das duas línguas, mesmo sendo de modalidades diferentes, são completas. Em outras palavras, as duas línguas são apresentadas de forma estruturada. Os verbetes, por exemplo, serão organizados e registrados na íntegra à medida que a língua permitir (TUXI, 2017, p. 122).

Definidos então o objeto, objetivo e público-alvo, passamos à próxima etapa da pesquisa que é a seleção dos termos.

3.3 SELEÇÃO DOS TERMOS

Esta etapa foi constituída de três fases:

Fase 1: Audiência Jurídica

Fase 2: Coleta de informações;

Fase 3: Análise para seleção dos termos.

A **primeira fase**, nomeada “Audiência Jurídica”, ocorreu no segundo semestre de 2016, quando a pesquisadora atuava como advogada de um cliente surdo. Na primeira audiência o cliente solicitou a presença de um TILS. Na solicitação foi especificado o tipo de trabalho que seria feito e a área.

Vale destacar que a audiência inicial é a fase do processo que tem por objetivo a tentativa de acordo, quando o funcionário que atua no fórum indaga às partes quanto a possibilidade de acordo. Caso este não ocorra, marca-se uma nova audiência para produção de provas e inquirir as partes envolvidas no processo.

A situação referida foi o primeiro momento em que houve uma identificação, por parte da advogada/intérprete e pesquisadora, da dificuldade, encontrada pelo colega tradutor e intérprete de língua sinais, de traduzir para a língua de sinais os termos empregados no processo jurídico em questão, pois em vários momentos do discurso foi preciso recorrer à datilologia⁸.

Houve uma segunda audiência e novamente um novo profissional foi convocado. Este utilizou novamente em vários momentos a datilologia, o que motivou, e muito, a pesquisadora a iniciar um processo de anotação dos termos que estavam sendo digitados pois não possuíam

LITÍGIO	RESOLUÇÃO DE MÉRITO
LIDE	PETIÇÃO
PROCESSO	PREPOSTO
INCONTROVERSO	CONCILIAÇÃO
IMPROCEDÊNCIA	AUDIÊNCIA
PRODUÇÃO DE PROVAS	ARQUIVAMENTO
SENTENÇA	DESARQUIVAMENTO
REVELIA	DEFESA DE MÉRITO
INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA	RECLAMANTE

⁸A soletração de uma palavra utilizando o alfabeto digital ou manual da língua de sinais.

sinais-termo e também o intérprete não conhecia o significado. Os termos anotados foram:

Após a realização da audiência, a advogada e pesquisadora, em conversa informal com o cliente surdo, que era parte processual, questionou se houve entendimento de conceitos mencionados durante as audiências, uma vez que foram apresentados por meio da datilologia. O cliente respondeu que não conseguia compreender a palavra em si e que não conseguia associar ou mesmo inferir o conceito ou significado do termo. Fizemos, posteriormente, questionamentos ao TILS em relação ao motivo do uso de datilologia para vários termos. O tradutor informou que não existia local de formação ou mesmo material didático em LSB voltado para o conteúdo jurídico. E relatou que antes da audiência foi em busca de materiais, mas constatou não haver esse tipo de material e nem mesmo profissionais da área jurídica que pudessem auxiliar o trabalho que seria desenvolvido.

A partir dos dados coletados, considerados candidatos a termo, e diante das observações, iniciamos o que consideramos **a segunda fase da pesquisa**, denominada “Coleta de Informações”.

A coleta de informações sobre os candidatos a termo iniciou-se por meio de pesquisa das imagens⁹ (páginas) utilizadas no espaço virtual de acompanhamento processual do PJe. As imagens, a seguir, apresentam informações sobre o andamento do processo e trazem o uso do candidato a termo em contexto. Além disso, as imagens ilustram a periodicidade com que os possíveis termos se apresentavam e as diferenças de cada um dos sistemas aplicados nos tribunais.

⁹Frisamos que, apesar de haver poucos processos públicos sem identificação, optamos por marcar qualquer palavra ou atividades que permitissem a divulgação dos envolvidos ou do número do processo a fim de evitar qualquer constrangimento

Figura 11 - Página de acompanhamento de processo judicial

02/08/2017

Número: [REDACTED]

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
 Órgão julgador: **Juízado Especial Cível de Águas Claras**
 Última distribuição : **20/04/2017**
 Valor da causa: **R\$ 6.000,00**
 Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, Antecipação de Tutela / Tutela Específica**
 Segredo de justiça? **NÃO**
 Justiça gratuita? **SIM**
 Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	
Procurador/Terceiro vinculado	[REDACTED]
[REDACTED]	LUCIANA MARQUES VALE (ADVOGADO)
PANSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA (RÉU)	PANSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA (RÉU)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65253 79	20/04/2017 22:30	Petição Inicial	Petição Inicial
65254 25	20/04/2017 22:30	PETIÇÃO INICIAL [REDACTED] MOREIRA	Petição
65253 92	20/04/2017 22:30	Procuração [REDACTED]	Procuração/Subestabelecimento
65253 95	20/04/2017 22:30	Declaração de Hipossuficiência [REDACTED]	Declaração de Hipossuficiência
65254 26	20/04/2017 22:30	RG E CPF DO [REDACTED]	Documento de Identificação
65254 27	20/04/2017 22:30	Pesquisa Cadastral	Documento de Comprovação
65254 28	20/04/2017 22:30	Demonstrativo de pagamentos	Documento de Comprovação
65254 29	20/04/2017 22:30	EMAIL RESPOSTA DO BANCO PAN	Documento de Comprovação
65256 02	05/05/2017 14:03	Decisão	Decisão
68528 11	11/05/2017 11:57	Certidão	Certidão
72178 70	26/05/2017 17:34	Mandado	Mandado
74586 00	07/06/2017 16:24	Ata	Ata
74585 95	07/06/2017 16:24	ATA 072599-43.2017	Ata
75243 49	09/06/2017 18:29	Mandado	Mandado
75876 48	13/06/2017 17:55	Certidão	Certidão
75876 75	13/06/2017 17:55	AR ID 7524349 PANSERV PREST. SERVIÇOS LTDA - CUMPRIDO	AR - Aviso de recebimento
77337 15	21/06/2017 14:40	Certidão	Certidão
77337 85	21/06/2017 14:40	AR ID 7524349 PANSERV PRESTADORA SERVIÇOS LTDA - CUMPRIDO	AR - Aviso de recebimento

Fonte: arquivo pessoal

Figura 13 - Página de acompanhamento de processo judicial

31/01/2018	Expedição de tipo de documento. Certidão de Intimação ou Citação Eletrônica
25/01/2018	Certidão Expedida Relação :0003/2018 Data da Disponibilização: 25/01/2018 Data da Publicação: 26/01/2018 Número do Diário: 2317 Página: 155
24/01/2018	Nota Finalizada / Encaminhada para publicação Relação: 0003/2018 Teor do ato: Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculte-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 22/02/2018, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao Juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tomar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abra vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abraham Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF: 309.750.002-25CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves nº 64 Parque 10 de Novembro, nesta cidade. Advogados(s): Wilson Molina Porto (OAB 127904/MT)
17/01/2018	Expedição de tipo de documento. Certidão de Remessa da Intimação ou Citação para o Portal Eletrônico
17/01/2018	Carta Expedida Intimação - Comparecer à Perícia - INSS - CEJUSC CÍVEL
17/01/2018	Vista à parte Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculte-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 22/02/2018, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao Juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tomar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abra vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abraham Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF: 309.750.002-25CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves nº 64 Parque 10 de Novembro, nesta cidade.
15/01/2018	Certidão Expedida Relação :0001/2018 Data da Disponibilização: 15/01/2018 Data da Publicação: 16/01/2018 Número do Diário: 2309 Página: 42
11/01/2018	Nota Finalizada / Encaminhada para publicação Relação: 0001/2018 Teor do ato: Trata de Ação Previdenciária.Defiro o pedido de gratuidade da justiça, em atenção ao disposto art.129, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91.Tendo em vista o regulamentado na Portaria nº 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins.Intime-se. Cumpra-se. Advogados(s): Wilson Molina Porto (OAB 127904/MT)
19/12/2017	Despacho Trata de Ação Previdenciária.Defiro o pedido de gratuidade da justiça, em atenção ao disposto art.129, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91.Tendo em vista o regulamentado na Portaria nº 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins.Intime-se. Cumpra-se.
09/12/2017	Conclusos para Despacho Concluso para despacho inicial
09/12/2017	Processo distribuído por sorteio

Fonte: arquivo pessoal

Figura 12 -Página de acompanhamento de processo judicial

13/03/2018 - 14:11:23	105 - Recebidos os autos
09/03/2018 - 15:29:54	534 - Recebidos no protocolo integrado
02/03/2018 - 17:12:30	047 - Carga ao advogado do - autor
02/03/2018 - 17:07:00	443 - Certidao emitida sem complemento
02/03/2018 - 17:06:00	404 - Autos desarquivados
15/02/2018 - 16:41:00	916 - Recebidos os autos arquivados do arquivo
08/02/2018 - 18:32:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (vara de origem
28/12/2017 - 15:39:00	635 - Guarda intermediaria núcleo de atendimento dos arquivos - nuarq - saan
14/12/2017 - 17:44:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (núcleo de atendimento dos arquivos - nuar - saan
13/10/2017 - 15:52:00	916 - Recebidos os autos arquivados do arquivo
10/10/2017 - 15:53:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (vara de origem
25/09/2017 - 15:45:00	635 - Guarda intermediaria núcleo de atendimento dos arquivos - nuarq - saan
21/09/2017 - 15:09:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (núcleo de atendimento dos arquivos - nuar - saan
21/09/2017 - 15:07:00	288 - Arquivamento definitivo sem complemento
21/09/2017 - 13:51:00	443 - Certidao emitida sem complemento
13/09/2017 - 15:57:41	284 - Determinado o arquivamento
12/09/2017 - 15:52:42	105 - Recebidos os autos
08/09/2017 - 16:07:55	047 - Carga ao ministério público
08/09/2017 - 14:40:00	443 - Certidao emitida sem complemento
08/09/2017 - 14:32:00	404 - Autos desarquivados
08/09/2017 - 14:30:00	916 - Recebidos os autos arquivados do arquivo

Fonte: arquivo pessoal

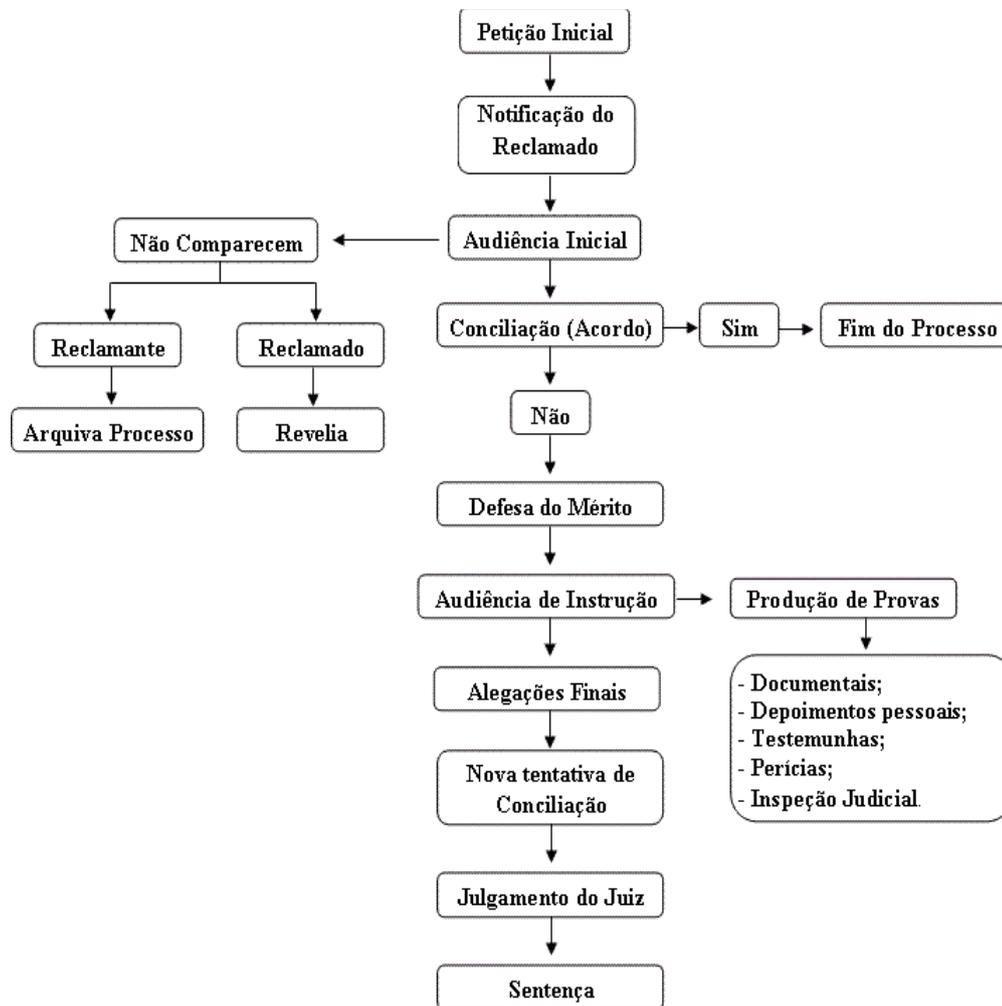
Figura 14 - página de acompanhamento de processo judicial

13/03/2018 - 17:24:54	284 - Determinado o arquivamento
13/03/2018 - 14:11:23	105 - Recebidos os autos
09/03/2018 - 15:29:54	534 - Recebidos no protocolo integrado
02/03/2018 - 17:12:30	047 - Carga ao advogado do - autor
02/03/2018 - 17:07:00	443 - Certidao emitida sem complemento
02/03/2018 - 17:06:00	404 - Autos desarquivados
15/02/2018 - 16:41:00	916 - Recebidos os autos arquivados do arquivo
08/02/2018 - 18:32:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (vara de origem
28/12/2017 - 15:39:00	635 - Guarda intermediaria núcleo de atendimento dos arquivos - nuarq - saan
14/12/2017 - 17:44:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (núcleo de atendimento dos arquivos - nuar - saan
13/10/2017 - 15:52:00	916 - Recebidos os autos arquivados do arquivo
10/10/2017 - 15:53:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (vara de origem
25/09/2017 - 15:45:00	635 - Guarda intermediaria núcleo de atendimento dos arquivos - nuarq - saan
21/09/2017 - 15:09:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (núcleo de atendimento dos arquivos - nuar - saan
21/09/2017 - 15:07:00	288 - Arquivamento definitivo sem complemento
21/09/2017 - 13:51:00	443 - Certidao emitida sem complemento
13/09/2017 - 15:57:41	284 - Determinado o arquivamento
12/09/2017 - 15:52:42	105 - Recebidos os autos
08/09/2017 - 16:07:55	047 - Carga ao ministério público
08/09/2017 - 14:40:00	443 - Certidao emitida sem complemento
08/09/2017 - 14:32:00	404 - Autos desarquivados
08/09/2017 - 14:30:00	916 - Recebidos os autos arquivados do arquivo
08/09/2017 - 14:28:00	907 - Remessa dos autos arquivados - ao (vara de origem

Fonte: arquivo pessoal

Em acréscimo às imagens, identificamos um documento chamado ‘modelo de fluxograma do processo civil’ (fases do processo), a seguir, que nos auxiliou a constatar que alguns candidatos a termo são termos porque representam uma fase determinada do processo judicial. A identificação desse modelo mostrou de forma clara todas as fases do processo jurídico, permitindo visualizar as fases e andamento do processo da petição inicial à sentença.

Figura 15 - Fluxograma do Processo na primeira fase



Fonte: curso de Direito¹

A partir da coleta de informações, iniciamos a **terceira fase da pesquisa**, denominada “Análise para seleção dos termos”.

A análise dos candidatos a termo permitiu observar que um conjunto dos dados era representante das fases do processo judicial. O ‘modelo de fluxograma do processo civil’ nos mostrou de forma clara a ocorrência de termos como pertencentes a uma fase do processo jurídico. Além disso, esse modelo funciona como um sistema de classificação mediante o qual é possível delimitar o campo temático, tal como é pré-requisito da metodologia da pesquisa terminológica. (PAVEL; NOLET, 2001, p.35). O fluxograma representa a árvore de conceitos, estruturada com base em uma relação de meronímia (partitiva), entre todo e parte. (PAVEL; NOLET, 2001, p.15) De modo mais específico, essa relação meronímica é de fase – atividade: a atividade é o processo judicial passível de ser constituído por fases. É também

característica dessa relação as fases se articularem dentro de uma cronologia, quer dizer, em sucessão. (L'HOMME, 2004, p. 101)

Como resultado dessa análise, obtivemos uma lista de 20 termos referentes às fases constituintes do sistema do PJe, o, apresentados a seguir:

PETIÇÃO INICIAL	RECLAMADO
PETIÇÃO	AUDIÊNCIA
NOTIFICAÇÃO	ACORDO
RECLAMANTE	DEFESA DO MÉRITO
ARQUIVAMENTO	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO	PRODUÇÃO DE PROVAS
ARQUIVAMENTO DEFINITIVO	CONCILIAÇÃO
REVELIA	JULGAMENTO
PROCESSO	SENTENÇA
JUIZ	

No que se refere à seleção dos Termos em LSB, passamos a pesquisar, em grupos de pesquisa e com outros surdos quanto a existência de sinais-termo, quando verificamos da inexistência dos mesmos, razão pela qual foi necessário a criação dos sinais-termo para que pudesse haver uma compreensão do conteúdo.

A criação do sinal-termo foi realizada com o apoio da 'Equipe de Produção' (ver macroestrutura do glossário no capítulo 4), procedente do Laboratório de Libras (LabLibras), Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Apresentamos a seguir os dois passos para a criação dos sinais-termo:

a) Apresentação informal do conceito do termo em LP aos pesquisadores, mestrados e doutorandos surdos do LabLibras: nessa etapa, eles fazem a leitura, verificam se houve entendimento do conteúdo, tiram dúvidas e pedem explicações quanto ao conteúdo apresentado. Como a pesquisadora é especialista da área, pôde contribuir explicando em LSB o conceito e apresentando situações em que se aplicavam os termos. Há também um momento para a discussão dos aspectos do sinal-termo no uso funcional da LSB, ou seja, para verificar se o sinal-termo gera significado, compreensão e conforto linguístico. Após todas essas atividades, o sinal-termo é então criado.

b) O segundo momento refere-se ao registro e validação. Os pesquisadores revisam o sinal-termo recém-criado (cerca de 15 dias após criação do mesmo) para verificar a aplicabilidade, usabilidade, capacidade de memorização, conforto linguístico e se o mesmo pode ser capaz de carregar conteúdo semântico. Após a conclusão dessas atividades, o sinal-termo é registrado e validado.

Ao final da dissertação os sinais-termo serão disponibilizados em mídia digital (DVD) anexo à dissertação.

Finalizada a Seleção dos Termos em LP e em LSB, iniciamos a organização dos termos selecionados em Fichas Terminológicas em LP e, posteriormente, em LSB.

3.4 ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DA FICHA TERMINOLÓGICA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Apresentamos para esta pesquisa a Ficha Terminológica - FT em Língua Portuguesa proposta por Tuxi (2017) com base em Faulstich (2010) e propusemos um modelo de FT para a LBS. Seguem abaixo os modelos de FT:

Tabela 2 - Modelo de Ficha Terminológica de Termos do Processo Jurídico

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
001	
1. Entrada	PETIÇÃO INICIAL
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	Peça vestibular. Peça inicial.
6. Área	Jurídica
7. Definição	É o primeiro requerimento dirigido à autoridade judiciária, para que, segundo os preceitos legais, se inicie o processo.
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/peticao/
9. Contexto	O rol de testemunhas deve ser posterior à apresentação da petição inicial .
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/aceso-rapido/informacoes/vocabulario-juridico/entendendo-o-judiciario/peticao-inicial
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

Fonte: VALE (2018)

A FT apresenta campos, sendo alguns de ordem obrigatória e outros facultativos. O que norteia a escolha dos campos é o tipo de obra que será organizada. A partir dos objetivos e das características de nossa pesquisa, escolhemos os seguintes campos como obrigatórios: 1) entrada; 2) categoria gramatical; 3) gênero (apenas em LP); 5) sinônimo; 6) área; 7) definição; 8) fonte da definição; 9) contexto; 10) fonte do contexto; 13) equivalente; 14) autor; 15) redator; 16) data. O campo 4), variante, não foi relevante aqui em razão de trabalharmos com um único tipo textual, texto jurídico proveniente de fonte oficial. A seguir, segue uma breve descrição dos campos mencionados:

O **primeiro campo** é a entrada do termo, o termo em si. O **segundo campo** refere-se à categoria gramatical, no que tange à natureza morfológica de ser nome = n ou verbo = v, em especial neste trabalho. O **terceiro** destina-se ao gênero, masculino ou feminino. O **quinto se** destina ao registro de possíveis sinônimos. No **sexto**, tem-se a área de domínio à qual o termo pertence, no caso a área jurídica. O **sétimo** corresponde ao registro da definição. O **oitavo se** destina ao registro da fonte que serviu de base para escolha da definição. O **nono** apresenta o contexto e tem a função de demonstrar o uso da palavra em determinada situação comunicativa e prática de uso. O **décimo** registra a fonte do contexto. O **décimo terceiro** diz respeito ao equivalente na língua de trabalho correspondente. O **décimo quarto, quinto e sexto campo** se refere respectivamente ao nome do autor da ficha, nome do redator da ficha e à data de registro.

O modelo de ficha terminológica proposto para a LSB é:

Figura 16 - Apresentação da ficha terminológica em LSB



Fonte: VALE (2018)

Uma vez explicada a metodologia da pesquisa terminológica bilingue, apresentaremos a seguir as características da macroestrutura e da microestrutura do Glossário do Processo Judicial Eletrônico bilingue LP-LBS.

CAPÍTULO 4

PROPOSTA DE GLOSSÁRIO BILÍNGUE DOS TERMOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Neste capítulo, apresentaremos a proposta do glossário por meio da descrição da macroestrutura e da microestrutura definida para o repertório terminológico em questão.

4.1 APRESENTAÇÃO DA MACROESTRUTURA DO GLOSSÁRIO

A macroestrutura do glossário bilíngue do processo judicial eletrônico - PJe LP-LSB traz as informações gerais nas duas línguas: o título, seguido do objetivo, público-alvo, como usar, equipe de produção e dúvidas e sugestões. De acordo com Faulstich (1998, p.3), “A macroestrutura é também chamada de paralexiconografia, porque compõe o aparato de ordenação do texto”. A apresentação do glossário, com as informações da macroestrutura, será realizada por meio de lâminas do programa PowerPoint – PPT. É importante frisar que a escolha pelo PowerPoint se deu pela possibilidade de inserção de imagem e uso de texto, permitindo criar hiperlinks para os vídeos, de forma mais dinâmica.



Fonte: VALE (2018)

A macroestrutura é constituída por textos de apresentação do glossário. O primeiro texto, acima, apresenta informações do título do glossário ‘JUSTILIBRAS’ em português e o “Botão de Início “CLIQUE” para inicializar. O segundo, Figura X a seguir, traz as seguintes informações: i) o objetivo, ii) público-alvo, iii) como usar, iv) equipe de produção, e v) dúvidas e sugestões. O consultante pode clicar em cada um desses itens para ter acesso às respectivas informações. A logo representa o glossário dos sinais-termo desenvolvidos para a pesquisa.

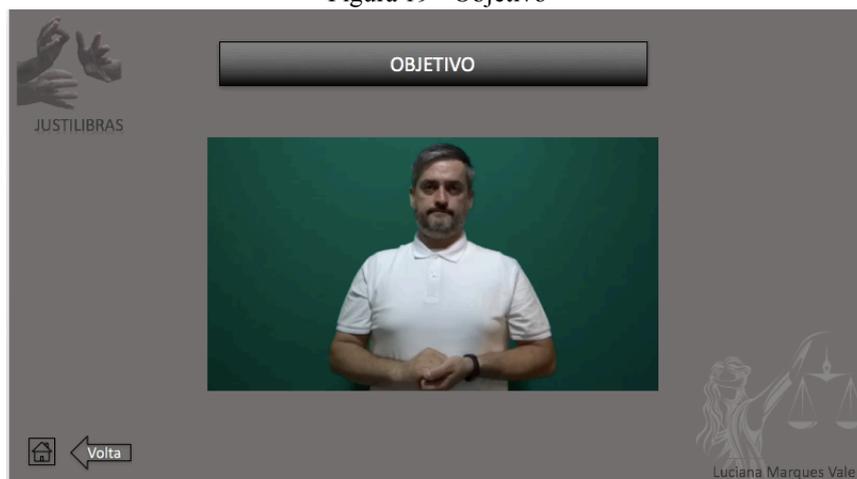
Figura 18 - Apresentação da Macroestrutura do Glossário



Fonte: VALE (2018)

O objetivo traz uma breve descrição da temática tratada no glossário, mais especificamente informa tratar-se de um glossário bilíngue de sinais-termo e termos do Processo Judicial Eletrônico - PJe. A segunda informação apresenta o público-alvo, que são os tradutores e intérpretes de língua de sinais e os usuários de LSB como L1 e L2.

Figura 19 - Objetivo



Fonte: VALE (2018)

Figura 20 - Público-Alvo



Fonte: VALE (2018)

A terceira informação indica como usar o glossário. Ao clicar em “Como usar”, tem-se acesso à tela denominada “Sistema de Busca” do glossário. Nessa tela, o sistema apresenta ao consulente duas formas de busca: i) pelo fluxograma; ii) pela ordem alfabética. É importante destacar que a busca se dá a partir do português apenas, como pode ser observado na figura a seguir:

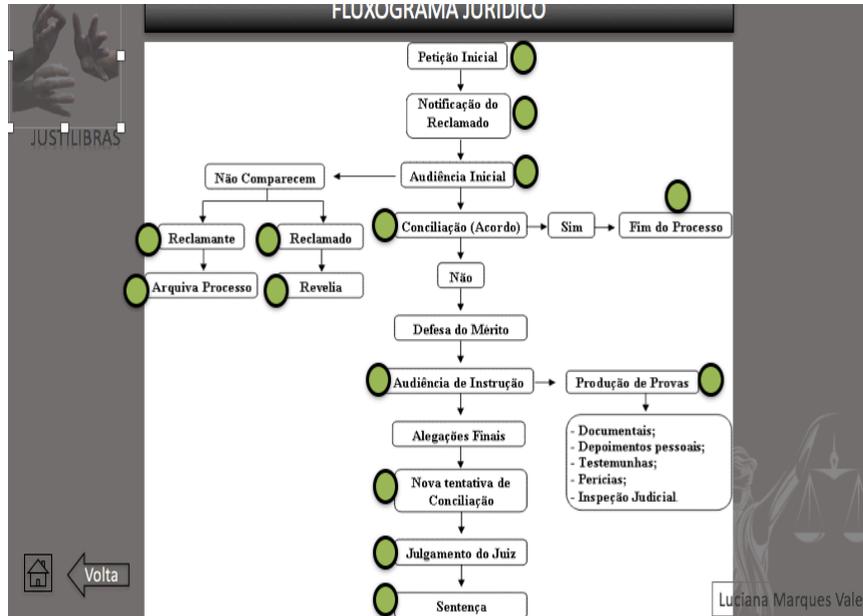
Figura 21 - Sistema de busca



Fonte: VALE (2018)

O primeiro sistema de busca “Fluxograma Jurídico” disponibiliza acesso à estrutura conceitual completa de um processo em sua fase inicial, construída com a finalidade de

Figura 22 - Sistema de busca pelo Fluxograma



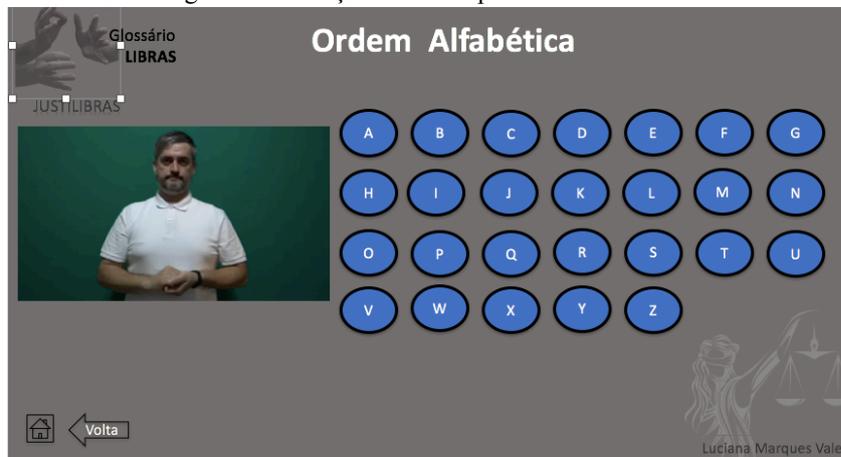
Fonte: VALE (2018)

possibilitar entendimento da ordem cronológica (as fases de andamento) do processo no âmbito jurídico.

Para acesso à informação em Libras, o consulente pode clicar no ícone de bola verde, que representa o sinal-termo correspondente.

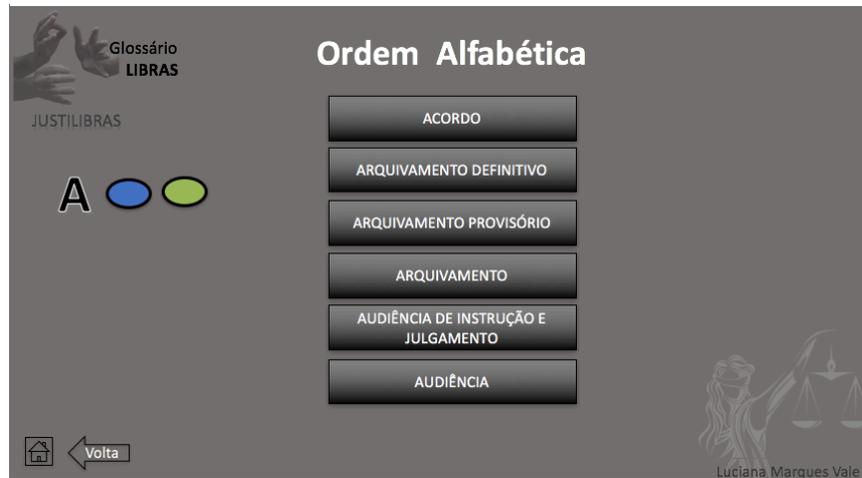
O próximo sistema de busca é pela ordem alfabética. Basta o consulente clicar na letra que deseja e aparecem os termos que estão registrados e seus respectivos sinais-termo.

Figura 23 - Seleção de busca por ordem alfabética



Fonte: VALE (2018)

Figura 24 - Lâmina de busca por ordem alfabética



Fonte: VALE (2018)

Os círculos de cores verde e azul remetem a buscas específicas no glossário: o círculo de cor verde para a busca pelo fluxograma e o círculo de cor azul para a busca por ordem alfabética.

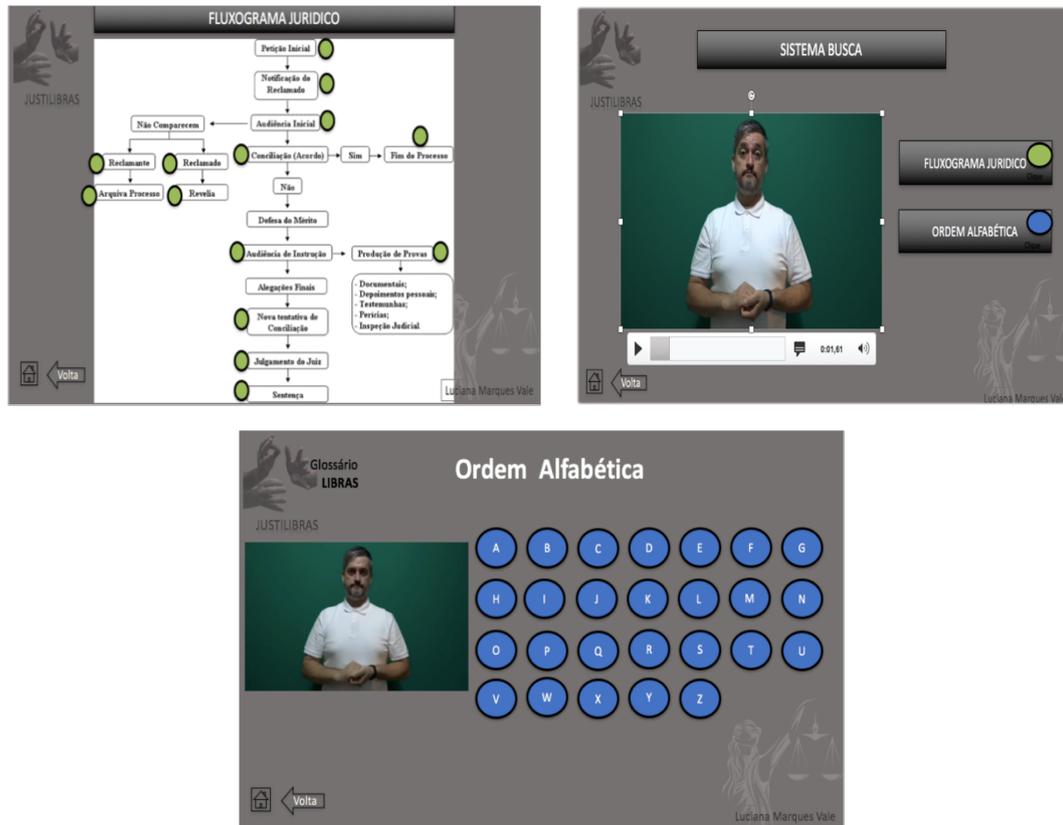
Na figura a seguir, explicamos a utilização das cores da camisa do apresentador e suas características: i) blusa preta é utilizada quando do registro da entrada do verbete; ii) blusa de cor azul o registro da definição; iii) blusa amarela no registro do contexto, e iv) blusa de cor vermelha é usada no registro de variante (usar sinônimo), quando houver.

Figura 25 - Explicação do verbete por cor



Fonte: VALE (2018)

Figura 26 - Forma integrada do sistema de busca



Fonte: VALE (2018)

As lâminas apresentadas acima nos trazem, de modo integrado, as formas de busca dentro do glossário. A construção desse sistema de busca foi planejada para que o consulente pudesse ter acesso às informações tanto em LP quanto em LSB.

A informação a seguir apresenta a equipe de produção, como anteriormente mencionado, constituída com a finalidade de realizar discussões para a criação dos sinais-termo e a posterior validação do sinal-termo criado.

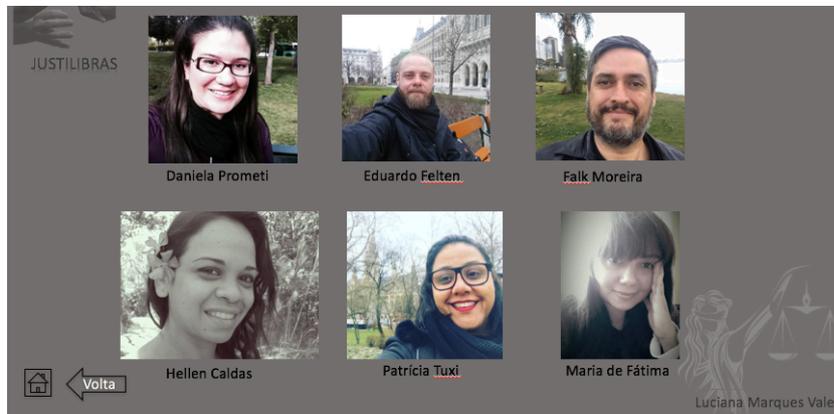
Figura 27 - Equipe de Produção



Fonte: VALE (2018)

Para que o consulente conheça a equipe, basta clicar em "Equipe de Produção" e são apresentados os nomes dos membros colaboradores.

Figura 28 - Equipe de produção



Fonte: VALE (2018)

O próximo item da macroestrutura é "Dúvidas e Sugestões". Esse espaço pode ser utilizado para que todos os consulentes possam encaminhar suas dúvidas e sugestões quanto à organização do glossário, bem como compartilhar vídeos ou mesmo novos sinais ou sinais-termo. Por esse motivo optamos pela criação de um e-mail.

Figura 29 - E-mail do glossário



Fonte: VALE (2018)

Apresentada a macroestrutura, passamos à microestrutura do glossário, quer dizer, apresentamos a estrutura do verbete definida em função de nossa proposta de glossário bilíngue.

4.2 APRESENTAÇÃO DA MICROESTRUTURA DO GLOSSÁRIO BILÍNGUE DE SINAIS-TERMO

A microestrutura é composta pelo verbete e de acordo com Faulstich (1995, p. 23) é “onde ocorrem a organização dos dados”. Logo, a microestrutura é um conjunto de informações definidas em função do programa de um repertório terminológico. Definimos a estrutura de nosso verbete com base no modelo utilizado por Tuxi (2017). Nesse modelo, são apresentados campos para o sinal-termo, definição, contexto, sinônimo, se houver, e equivalente.

Tendo em vista que o glossário é bilíngue e de modalidades distintas de língua, foram preparadas duas estruturas de verbete: uma estrutura para o verbete em LSB e uma estrutura para o verbete em LP, como verificamos a seguir.

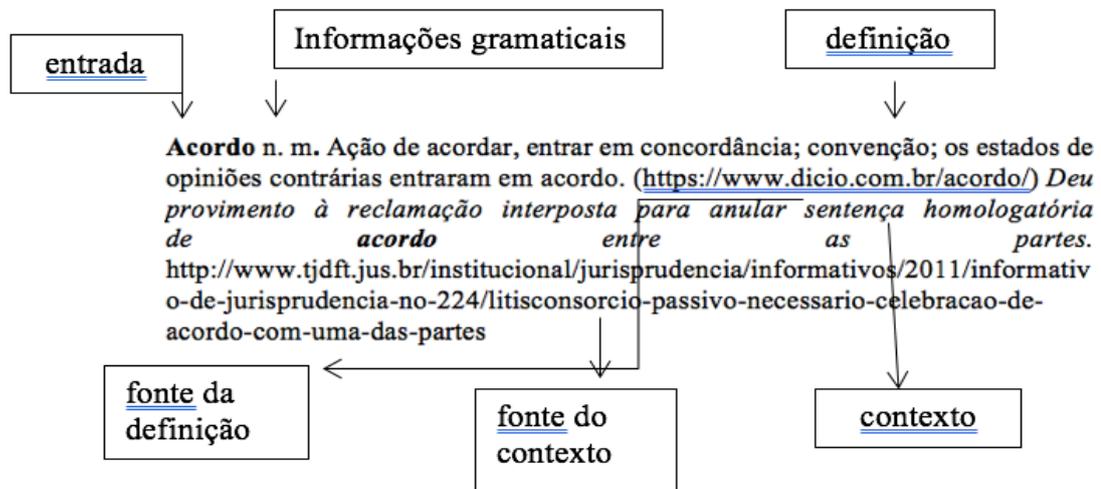
Figura 30 - Apresentação do verbete em Libras



Fonte: VALE (2018)

A imagem acima apresenta a estrutura do verbete em LSB. O verbete em português pode ser acessado ao clicar no termo equivalente em LP. A estrutura do verbete em PL é a seguinte:

Figura 31 - Verbete do termo Acordo



Fonte: VALE (2018)

Os campos obrigatórios do verbete em LP são i) entrada; ii) categoria gramatical; iii) gênero; iii) definição; iv) fonte da definição; v) contexto; vi) fonte do contexto; vii) sinônimo. Para que o consulente tenha acesso ao sinal-termo equivalente em LBS, ele precisa clicar no botão 'volta'.

A informações do verbete em LP são i) entrada, é a informação linguística que possui o conteúdo; ii) informação gramatical, indica a categoria gramatical à qual o termo pertence; iii) definição, descrição do conceito; iv) fonte da definição, local no qual foram retiradas as informações da definição; v) contexto, um fragmento do texto no qual o termo apresenta registro, e vi) fonte do contexto, local de onde foi retirado o contexto.

Para que o consulente possa chegar a essas informações basta clicar na palavra em língua portuguesa que o mesmo dará acesso as informações acima descritas, e para retornar às informações em LSB, basta clicar no botão retornar que estará novamente com acesso ao verbete em LSB.

Destaque-se que essas informações em LP foram importantes para a estruturação do verbete em LSB. E para essa estruturação apresentamos as seguintes informações acerca da criação dos sinais-termo:

a) Apresentação informal do conceito do termo em LP para criação do sinal-termo: A apresentação dos conceitos, após a seleção dos termos, se deu em momentos distintos. Primeiro apresentamos o conceito em LP para que os pesquisadores, mestrados e doutorandos surdos, na área de Terminologia e Lexicologia da LSB, pudessem fazer a leitura, e verificar se havia entendimento quanto ao conteúdo apresentado. Após essa eram tiradas

dúvidas, se pediam explicações quanto ao conteúdo apresentado, e como a pesquisadora é especialista da área pode contribuir explicando em LSB o conceito, bem como apresentamos situações em que se aplicavam os termos. Em seguida os colaboradores discutiam acerca dos aspectos do termo no uso funcional da LSB, e assim criavam os sinais-termo.

b) O segundo momento se dava para o registro e validação, nesse os pesquisadores reviam o sinal-termo criado (cerca de 15 dias após criação do mesmo) para verificar a aplicabilidade, usabilidade, capacidade de memorização, conforto linguístico e se o mesmo poderia ser capaz de carregar conteúdo semântico, concluído esses passos, o sinal-termo registrado e validado.

Figura 32 - Verbetes 'Acordo'



Fonte: VALE (2018)

Recordamos que os círculos nas cores verde e azul, postos abaixo o nome do verbete em LP, correspondem respectivamente às possibilidades de busca do glossário, verde pelo fluxograma e a cor azul por ordem alfabética.

CONSIDERAÇÕES

A necessidade de uma ferramenta que auxilie o tradutor e intérprete de língua de sinais é essencialmente importante, uma vez que sua formação ainda não está firmada o suficiente, uma vez que sua formação ainda é muito generalista. Ou ainda, que pelo fato de ser bilíngue isso já o habilita ao ofício.

A necessidade de aprimorar ferramentas de apoio ao fazer tradutório é o que nos motiva a continuar a pesquisa, visto que ainda está em sua fase inicial. Assim como a possibilidade de aliar o conhecimento jurídico, afinal, o direito por sua própria natureza se manifesta através da língua, e para tanto a necessidade da criação do glossário com sinais-termo.

Os glossários são ferramentas de auxílio ao tradutor e intérprete, os mesmos já são utilizados e propagados aos tradutores e intérpretes de línguas orais, e escassos aos TILS, uma vez que os glossários bilíngues, LSB/LP ainda não estão suficientemente acessíveis, quer seja pela complexidade tecnológica envolvida, quer seja pela não divulgação dos mesmos aos profissionais e aos consulentes surdos.

Nesse sentido, os glossários bilíngues LSB/LP passaram a ter espaço de uso para além da academia, e servem como ferramenta de aprendizado para os tradutores e intérpretes que necessitam de conhecimento de termos específicos, assim como, apropriação de conceitos por parte da comunidade surda que se beneficia direta e indiretamente com o conhecimento linguístico.

Ao longo da pesquisa buscamos a Terminologia e os Estudos da Tradução como ferramenta de apoio ao fazer tradutório, e em como a mesma pode amparar suas competências, verificamos, com isso, a necessidade e importância do tradutor se municiar de ferramentas que o auxiliem em sua tarefa diária, ainda mais quando se veem diante de jargões e termos técnicos próprios de uma área específica. Para tanto abordamos a necessidade de uma formação que possibilite ao profissional conhecimento e um manuseio adequado da Terminologia, a formação terminológica descrita por Cabré, Krieger & Finato e Hurtado Albir, e as competências que são adquiridas.

Isto posto, pensando em uma ferramenta de auxílio ao TILS e também ao usuário surdo, propomos o glossário jurídico que pudesse viabilizar as informações dos sinais-termo construídos, vez que ao longo da pesquisa não encontramos sinais ou sinais-termo que representassem os termos selecionados.

Para isso seguimos a proposta metodológica de Tuxi (2017) na elaboração dos verbetes por crermos ser um verbete bilíngue acessível em LSB e LP, respeitando o bilinguismo natural do consulente surdo e do TILS.

A construção do verbete em LSB o mesmo se revelou desafiador, uma vez que a busca pela definição em glossários jurídicos não se mostrava acessível ao não especialista, o que fez com que buscássemos a definição em outros meios, dicionarioonline e Houaiss.

Para a presente pesquisa o uso de tecnologias se mostrou essencial, uma que os sinais-termo foram gravados e salvos por meio de programas de computador, nesse caso utilizamos o PowerPoint, tendo em vista a possibilidade de uso de texto, imagem e vídeo, isto porque não obtivemos êxito em criar um programa específico.

É fato que almejamos a divulgação, bem como a utilização dos sinais-termo desenvolvidos, como ferramenta de apoio ao tradutor e intérprete de língua de sinais, assim como ao consulente surdo, para alcançar esse objetivo, os sinais-termo serão disponibilizados em meio digital, vamos disponibilizar na plataforma de vídeos do YouTube, assim como possíveis parcerias com os Tribunais de Justiça para que disponibilizem em suas páginas de acesso.

REFERÊNCIAS

- AUBERT, F. **As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor**. Campinas: Unicamp, 1994.
- BARROS, L. A. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Edusp. 2004.
- BERNARDINO, E. L. **Absurdo ou lógica? a produção linguística do surdo**. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000
- CABRÉ, M. T. **La terminología: representación y comunicación: elementos para uma teoria de base comunicativa y otros artículos**. p 1000- 1023. Documenta Universitaria. Espanha, 2003.
- _____. **La terminología - teoria, metodología, aplicaciones** (trad. castelhana de Carles Tebé). Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 529 p, 1993.
- _____. **La terminología: representación y comunicación**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999
- _____. Terminologie et linguistique: la théorie des portes, in **Terminologies nouvelle**. Terminologie et diversité culturelle, Vol.21. 2002
- CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. **Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira – Foco no Léxico**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP, 2011.
- CORREIA, M. **Os Dicionários Portugueses**. Lisboa: Editorial Caminho, 2009.
- ECO, U. **Quase a mesma coisa**. Experiências de tradução. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2007. Tradução de Eliana Aguiar.
- FAULSTICH, E. **Redes de remissivas em um glossário técnico. In: Léxico e Terminologia (Coletânea de Textos)**. Universidade de Brasília, 1993, p. 174-184.
- _____. Socioterminologia, mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*. Brasília, v.24, n.3, p.281-288, 1995
- _____. **Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação**. Brasília: Universidade de Brasília/LIV, 1995a.
- _____. **Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina**. *Ciência da Informação* (artigos), [S.l.: s.n.], vol. 24, nº 3, 1995b.
- _____. **Spécificités linguistiques de la lexicologie et de la terminologie: nature épistémologique**. *Meta: Journal des Traducteurs*, Montreal, v. 41, n. 2, p. 237- 246, 1996
- _____. **Da linguística histórica à terminologia**. *Investigações* (UFPE. Impresso), Recife, v. 7, p. 71-101, 1997.
- _____. **Aspectos da terminologia geral e terminologia variacionista**. *TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*. São Paulo, v. 7, p. 11-40, 2001.
- _____. **Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários**. Brasília: 2001. LIV/UnB/ Centro LexTerm, 2001.

_____. **Variação em terminologia: aspectos de socioterminologia.** In: RAMOS, G. G.; LAGOS, M. F. P. (Coord.). Panorama actual de la terminologia. Granada: Interlingua, Editorial Comares, 2002. p. 65-91

_____ e ABREU, S. P. de (Org.). **Linguística aplicada à Terminologia e à Lexicologia: cooperação internacional Brasil e Canadá.** Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2003. p. 11-31

_____. Modalidade oral-auditiva versus modalidade visuo-espacial sob a perspectiva de dicionários na área da surdez. In: SALLES, H. M.M. Lima (org.) **Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais.** cap. 6. GO: Cãnone, 2007, p.119-142.

_____. **A Terminologia na Universidade de Brasília.** Terminômetro, p.13-15, 1998. Número Especial Terminologia no Brasil. Disponível em: <http://www.termilat.info/public/env682.rtf> Acesso em: 30 set. 2008.

_____. Para gostar de ler um dicionário. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araujo et alli (Org.). **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vida** – homenagem a Socorro Aragão. São Luís, MA: EDUFMA, 2010. p. 166 – 185.

_____. **Avaliação de dicionários: uma proposta metodológica.** Organon, Porto Alegre, 2011, v.25, n. 50, p. 181-220.

_____. Características conceituais que distinguem o que é de para que serve nas definições de terminologias científica e técnica. In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia,** Vol. VII. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº1.060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa - MEC/SECADI – 2014.**

_____. Nota lexical (2012). Disponível em: www.centrolexterm.com.br Acesso em 11 de setembro de 2015.

_____. Procedimentos básicos para glossário sistêmico de léxico terminológico: uma proposta para pesquisadores de língua de sinais. In: ISQUERDO, A. N.; dal CORNO, G. O.M. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia,** volume VIII, 2016, 13p.

_____. Especificidades semânticas e lexicais: a criação de sinais-termo na língua de sinais brasileira. In: **Léxico e suas Interfaces: Descrição, Reflexão e Ensino.** 1. ed. Araraquara/SP: Cultura Acadêmica, 2016.

_____. Glossário de termos empregados nos estudos da Terminologia, da Lexicografia e da Lexicologia. In: **Série Léxico & Terminologia.** Brasília: Centro Lexterm, Universidade de Brasília, inédito, 2013b.

_____. **Efeitos da (nova) ortografia no léxico do português: mecanismos gramaticais na grafia de algumas palavras e resultados no uso.** In: LOBO, Tania et al. (Orgs.). (Org.). ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 363-379

FARIA-NASCIMENTO. S. P. **Representações Lexicais da Língua de Sinais Brasileira. Uma Proposta Lexicografica.** Brasília, 2009. 290 f. Tese (doutorado) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2009.

FELTEN, E. F. **Glossário sistêmico bilingue Português-Libras de termos da história**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FREITAS, G. **Processo Judicial Eletrônico e sua implantação no Poder Judiciário Brasileiro**. Disponível em: <<http://freitaspje.blogspot.com.br/p/o-que-eo-pje.html>> Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

FURTADO, H. B. **Direitos linguísticos como direitos fundamentais: políticas linguísticas para a comunidade surda no ordenamento jurídico brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2016.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, J. L. V. R. **Repensando o desenvolvimento da competência tradutória e suas implicações para a formação do tradutor**. Revista Graphos, vol. 17, n 1, 2015. UFPB/PPGL. disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/25053/13707>, acesso em 29 de nov de 2017.

GUERINI, A.; PEREIRA, M. C. P. **Introdução aos Estudos da Tradução**. 2008. - (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Disciplina). - Curso de Letras Libras - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

HURTADO ALBIR, A. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVEZ, F. **Cognição e discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 1957.

_____. **A. Traducción y Traductología: introducción a la traductología**. Madrid: Cátedra, 2001

JAKOBSON, R. **Os aspectos linguísticos da tradução**. 20.ed. In: Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1995.

KLIMA E.; BELLUGI. U.; **The signs of Language**, Harvard University Press, Cambridge (Mass, USA) 1979

KRIEGER, M. G. **Do ensino da terminologia para tradutores: diretrizes básicas**. Cadernos de Tradução, v. 1, n. 17. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

KRIEGER E FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. G. **A identidade da terminologia e o perfil do terminólogo**. Revista Trama - Volume 2 - Número 4 - 2o Semestre de 2006 - p.155-164 .

KRIGER, M. G., MACIEL, A. M. B. **Temas de terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/ Humanitas/USP, 2001.

_____. (2001) Relações entre Terminologia e Tradução. In: KRIEGER, M. G., MACIEL, A. M. B. (orgs). **Temas de Terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: Universidade/UFRGS/Humanitas/usp, 2001, p.155-163.

LAMBERTI, F.C.C. **Empréstimos linguísticos no português do Brasil: uma interpretação variacionista**. Dissertação de mestrado. Instituto de Letras. Universidade de Brasília, 1999.

L'HOMME. M-C. **La terminologie: principes et techniques (Paramètres)**. Bibliothèque nationale de Montréal. Les Presses Université de Montréal, 2004

LIMA, W. F. A "**lexicologia construcionista**" uma proposta alternativa de estudo do léxico na linguagem em uso. In: Aparecida Negri Isquierdo e Ieda Maria Alves. (Org.). As ciências do léxico. Lexicografia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2007, v. 3, p. 125-136.

MARINI, SÁTIA. **Da tradução terminológica em glossário temático na área de saúde suplementar**. Dissertação - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento e Línguas Estrangeiras e Tradução - 2013.

NASCIMENTO, C. B. do. **Terminografia da Língua de Sinais Brasileira**: proposta de glossário ilustrado semibílingue do meio ambiente, em mídia digital. 2016. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **O significado de significado**: Um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1923.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. **Terminologie-Vocabulaire. Partie 1**. Théorie application. Genebra, ISO, 2000 (ISO/R1087-1)

PAVEL, Silvia e NOLET, Diane, **Manual de Terminologia** – Adaptação para língua portuguesa por Enilde Faulstich, 2002.

PERTILLE, T. S.; PERTILLE, M. C. B. Direitos Humanos linguísticos: o idioma como instrumento de manutenção da dignidade humana do Imigrante. *Revista Videre*, Dourados, MS, v.10, n.19, p.137-147, 2018.

QUADROS, R. M; KARNOPP. L.B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed. 2004.

RAMOS COSTA, M. Proposta de modelo de enciclopédia **visual bilíngue juvenil: enciclolibras**. Brasília, 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

REY, A. **La terminologie, noms et notions**. Dot Odile. « La terminologie, noms et notions », de A. Rey. In: Communication et langages, n°45, 1er trimestre 1980. pp. 126- 127. http://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_1980_num_45_1_1380

RODRIGUES, C. H. **Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais**. Artigo apresentado no Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/anais2010.html>, acesso em 20 de jul de 2017.

_____. **A interpretação simultânea entre línguas e modalidades**. Veredas atemática, volume 17 n. 2, 2013, Juíz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/14º-ARTIGO.pdf>, acesso em jul de 2018.

_____. **Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal.** Trab. linguist. apl. [online]. 2018, vol.57, n.1, pp.287-318. Unicamp, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-18132018000100287&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em maio de 2018.

ROSCH, E. **Principles of Categorization.** University of California, Berkeley, 1978.

SAGER, J. C. **A practical course in terminology processing.** Amsterdam-Philadelphia, John Benjamins Publishing company, 1990.

SANTOS, S. A. dos. **Intérpretes de língua de sinais: um estudo sobre as identidades.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. **Tradução/Interpretação de língua de sinais no Brasil: Uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010.** Tese - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. 2013.

SÁTIA, C. P. **Glossário de leituras de “Die Aufgabe des Übersetzers” de Walter Benjamin:** Uma contribuição para a História Contemporânea da Tradução. Dissertação . Brasília-DF: Universidade de Brasília: UnB / Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, 2015.

SEGALA, R. R. **Intermodal e Intersemiótica/Interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais.** Florianópolis: UFSC, 2010. Dissertação de Mestrado, Centro de Comunicação e Expressão, Curso de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

STREHLER, R. G.; GOROVITZ, S. **Manual do RepLET, acompanhado de elementos de lexicologia e de terminologia.** Brasília: Thesaurus, 2011.

STUMPF, M. R.; OLIVEIRA, J. S.; MIRANDA, R. D. **Glossário Letras Libras: A trajetória dos sinalários no curso: como os sinais passam a existir?** In: Letras Libras: ontem, hoje e amanhã. Org. QUADROS, R. M. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

TUXI, P. **A Terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos no meio acadêmico em glossário bilíngue.** Tese de Doutorado em Linguística. Universidade de Brasília-Brasília, 2017.

UMBERTO E. **Quase a mesma coisa. Experiência de tradução.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007

WELKER, H. A. **Dicionários – uma pequena introdução à lexicografia.** 2.ed. revista e ampliada- Brasília: Thesaurus, 2004.

**ANEXO A – TRABALHOS APRESENTADOS COM A TEMÁTICA EM
TERMINOLOGIA E/OU LEXICOLOGIA DA LÍNGUA DE SINAIS**

2007

1. Gláucio de Castro Júnior. Psicobiologia na sala de aula: uma mediação no ensino de Português para surdos. 2007. Graduando em Letras Libras. CNPq. Orientadora: Enilde Faulstich. Execução: Centro Lexterm/ LIP/ IL / UnB
2. Margot Latt Marinho. O Ensino da Biologia: O Intérprete e a Geração de Sinais. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Português e Línguas Clássicas. Orientadora: Orlene Lucia de Saboia Carvalho.

2008

3. Gláucio de Castro Júnior. Variações regionais na Língua de Sinais Brasileira: interiorizando a prática educativa. 2008. Graduando em Letras Libras. PIBI/CNPq. Orientadora: Enilde Faulstich. Execução: Centro Lexterm/ LIP/ IL / UnB.
4. Janice Gonçalves Temóteo. Diversidade Linguístico-Cultural da Língua de Sinais do Ceará: Um Estudo Lexicológico das Variações da Libras na Comunidade de Surdos do Sítio Caiçara. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Cultura) -Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientadora: Maria do Socorro Silva de Aragão.

2009

5. Sandra Patricia de Faria. Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira. Uma proposta lexicográfica. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.
6. Francisco Edmar Cialdine Arruda. Elementos Microestruturais para um Vocabulário Didático dos Termos das Ciências Biológicas para Alunos Surdos do Ensino Fundamental. 2009 - Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Orientador: Antônio Luciano Pontes e Co-orientadora: Lúcia Santiago Araújo.

2010

7. Cristiane Batista do Nascimento. Empréstimos linguísticos do português na Língua de Sinais Brasileira (LSB): línguas em contato. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) –

Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.

2011

8. Gláucio de Castro Júnior. Variação linguística em Língua de Sinais Brasileira - foco no léxico. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.

9. Joana Correia Saldanha. O Ensino de Química em Língua Brasileira de Sinais. 2011. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências na Educação Básica) -Universidade do Grande Rio, Mestre em Ensino das Ciências na Educação Básica. Orientadora: Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis e Co-orientadora: Profª. Dra. Wilma Clemente de Lima Pinto.

2012

10. José Ednilson Gomes de Souza Júnior. Nomeação de lugares na Língua de Sinais Brasileira. Uma perspectiva de toponímia por sinais. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.

11. Messias Ramos Costa. Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: ENCICLOLIBRAS. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich

12. Antonielli Cantarelli Martins. Lexicografia da língua de sinais brasileira do Rio Grande do Sul. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientador: Fernando César Capovilla

13. Nilce Maria Da Silva. Instrumentos Linguísticos de Língua Brasileira de Sinais: Constituição e Formulação. 2012. Doutorado (Tese Em Linguística) - Universidade Estadual De Campinas, Instituto De Estudos Da Linguagem. Orientadora: Carolina María Rodríguez Zuccolillo.

14. Natália Pizzetti Cardoso. Diretrizes Para o Desenvolvimento do Design de Interfaces de Glossários de Libras 2012. Dissertação (Mestrado em Design e Expressão Visual)

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa De Pós- Graduação em Design e Expressão Gráfica. Orientadora: Alice Theresinha Cybis Pereira.

15. Everton Botan. Ensino de Física para Surdos: Três Estudos de Casos da Implementação de Uma Ferramenta Didática para o Ensino de Cinemática. 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais com ênfase em Ensino de Física) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais. Orientadora: Iramaia Jorge Cabral de Paulo e Co-orientador: Fabiano César Cardoso.

2013

16. Daniela Prometi Ribeiro. Glossário bilíngue da Língua de Sinais Brasileira: criação de sinais dos termos da música. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.

17. Carolina Ferreira Pego. Sinais não-manuais gramaticais da LSB nos traços morfológicos e lexicais. Um estudo do morfema-boca. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.

18. Charley Pereira Soares. Demonstração da ambiguidade de itens lexicais na LSB: um estudo sincrônico de homonímia. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) –Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.

19. Rejane Louredo Barros. Política linguística: a terminologia da Libras como veículo de cultura em concursos públicos. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) –Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.

2014

20. Edivaldo da Silva Costa. 2014. O ensino da Química e a Língua brasileira de Sinais – Sistema SignWriting (LiBRAS - SW): monitoramento interventivo na produção de sinais científicos. 2014. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação de Ensino de Ciências e Matemática. Orientadora: Verônica dos Reis Mariano Souza.

21. Anahê Netto Leão Marques. 2014. Terminologias no Ensino de Química para Surdos em uma Perspectiva Bilíngue. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciências e Matemática). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Jataí. Orientadora: Sandra Regina Longhin.

22. Priscilla Alyne Sumaio. 2014. Sinalizando Com Os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de São Paulo / Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras. Orientadora: Cristina Martins Fargetti.

23. Vera Lúcia de Souza e Lima. 2014. Língua de Sinais: proposta terminológica para a área de desenho arquitetônico. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

2015

24. Maria José Silva Lobato. Educação Bilíngue no Contexto Escolar Inclusivo: a construção de um glossário em Libras e Língua Portuguesa na área matemática. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) – Universidade Federal do Rio de Grande do Norte. Orientadora: Claudianny Amorim Noronha.

25. Talicia do Carmo Galan Kuhn. 2015. Processo de criação de termos técnicos em Libras para Engenharia de Produção. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnologia Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação, em Ensino de Ciência e Tecnologia. 2015. Orientador: Luis Alberto Pilatti e Co-orientador: Antonio Carlos Frasson.

26. Saulo Machado Mello de Sousa. Sinais Lexicais dos Termos Cinematográficos: A perspectiva da Língua de Sinais no Cinema. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Faulstich.

27. Brenno Barros Douettes. A Tradução na Criação de Sinais-Termos Religiosos em Libras e Uma Proposta para Organização de Glossário Terminológico Semibilíngue. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Orientadora: Ronice Müller de Quadros e Co-orientadora: Sandra Patrícia de Faria do Nascimento.

28. Daniela Almeida Moreira. Um estudo introdutório sobre o desenvolvimento dos repertórios léxicos da língua de sinais brasileira a partir da elaboração da definição lexicográfica. 2015 – Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Orientador: Rodrigo Rosso Marques.

2016

29. Cristiane Batista do Nascimento. Terminografia em Língua de Sinais Brasileira: Proposta de Glossário Ilustrado Semibilíngue do Meio Ambiente, em Mídia Digital. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Leite de Jesus Faulstich.

30. Eduardo Felipe Felten. Glossário Sistemático Bilíngue Português – Libras de Termos da História do Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Leite de Jesus Faulstich.

31. Patrícia Tuxi dos Santos. A Terminologia na Língua de Sinais Brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Orientadora: Enilde Leite de Jesus Faulstich. Este último acrescentado aos dados, uma vez que já está disponível e dada sua importância aos estudos da LSB.

ANEXO B – FICHAS TERMINOLÓGICAS

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
001	
1. Entrada	PETIÇÃO INICIAL
2. Categoria gramatical	nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	Requerimento. Peça vestibular. Peça inicial.
6. Área	Jurídica
7. Definição	É o primeiro requerimento dirigido à autoridade judiciária, para que, segundo os preceitos legais, se inicie o processo.
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/peticao/
9. Contexto	O rol de testemunhas deve ser posterior à apresentação da petição inicial .
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/aceso-rapido/informacoes/vocabulario-juridico/entendendo-o-judiciario/peticao-inicial
11. Remissiva	
12. Nota	Formulação escrita de pedido, feita perante o juiz, o feito.
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
002	
1. Entrada	PETIÇÃO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	Requerimento
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Formulação escrita de pedido, fundada no direito da pessoa, feita perante o juiz competente ou que preside o feito.
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/peticao/
9. Contexto	É por meio da petição que a pessoa manifesta a vontade de fazer valer seu direito, quando ameaçado por outrem.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/aceso-rapido/informacoes/vocabulario-juridico/entendendo-o-judiciario/peticao-inicial
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LM
15. Redator	LM
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
003	
1. Entrada	NOTIFICAÇÃO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Ato ou efeito de levar a alguém o conhecimento de algum fato realizado ou a se realizar em juízo; intimação
8. Fonte de constituição da definição	Houaiss (2010)
9. Contexto	A notificação entregue no endereço do devedor é válida para constituí-lo em mora, ainda que recebida por terceiro.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/informativos/2001/informativo-de-jurisprudencia-n-o-18/notificacao-extrajudicial-endereco-devedor-mora
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
004	
1. Entrada	RECLAMANTE
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	Requerente; Autor; Demandante;
6. Área	Jurídica
7. Definição	Pessoa que formula uma reclamação em juízo.
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/reclamante/
9. Contexto	Tramita a RECLAMAÇÃO nº 2017.00.2.0011689-4, na qual são Reclamantes ERICO BARBOZA ALVES
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/editais-da-camara-de-uniformizacao/2017/edital-de-ciencia-aos-interessados-9
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
005	
1. Entrada	RECLAMADO
2. Categoria gramatical	Substantivo
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	Réu; Requerido; Demandado
6. Área	Jurídica
7. Definição	Pessoa contra quem alguém dirige uma ação judicial.
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/reclamado/
9. Contexto	O Colegiado afirmou não ser razoável aceitar que o reclamado , servidor nesta casa há dezenove anos, sem qualquer mácula em seus registros funcionais e com experiência de direção de Secretaria e trato com o público
10. Fonte do contexto	http://www.tjdf.t.jus.br/institucional/jurisprudencia/jurisprudencia-em-foco/jurisprudencia-administrativa-interna/procedimento-administrativo-disciplinar/pedido-de-abertura-de-procedimento-administrativo-disciplinar-2013-indicios-de-falta-funcional-do-servidor/pedido-de-abertura-de-procedimento-administrativo-disciplinar-2013-indicios-de-falta-funcional-do-servidor
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	20/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
006	
1. Entrada	AUDIÊNCIA
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Sessão de tribunal em que se interrogam as partes e as testemunhas.
8. Fonte de constituição da definição	Houaiss (2010)
9. Contexto	Para que todos pudessem assistir ao ato, foi necessário que a magistrada determinasse a realização da audiência no auditório.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2014/agosto/realizada-primeira-audiencia-com-traducao-simultanea-para-publico-de-deficientes-auditivos
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	<i>Audientia</i>
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
007	
1. Entrada	ACORDO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Ação de acordar, entrar em concordância; convenção; os estados de opiniões contrárias entraram em acordo.
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/acordo/
9. Contexto	Deu provimento à reclamação interposta para anular sentença homologatória de acordo entre as partes.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/informativos/2011/informativo-de-jurisprudencia-no-224/litisorcocio-passivo-necessario-celebracao-de-acordo-com-uma-das-partes
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
008	
1. Entrada	ARQUIVAMENTO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Ação de registrar (alguma coisa) para que haja relevância jurídica
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/arquivamento/
9. Contexto	A necessidade de padronizar o procedimento de arquivamento , a fim de que seja dado cumprimento ao preceito constitucional da celeridade processual.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/provimentos/2012/19
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
009	
1. Entrada	ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	O processo está arquivado, porém, encontra-se pendente de alguma providência.
8. Fonte de constituição da definição	http://www.tjdft.jus.br/aceso-rapido/informacoes/significado-dos-andamentos/arquivamento-provisorio-codigo-285
9. Contexto	Enviando-se os autos arquivo provisório , hipótese em que a prática de ato pelo demandante está condicionada ao recolhimento das custas.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/provimentos/2012/19
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
010	
1. Entrada	ARQUIVAMENTO DEFINITIVO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	Remetidos os autos ao arquivamento.
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Indica que o processo chegou ao seu fim, ou seja, teve uma decisão judicial final transitada em julgado.
8. Fonte de constituição da definição	http://www.tjdft.jus.br/aceso-rapido/informacoes/significado-dos-andamentos/arquivamento-definitivo-codigo-288
9. Contexto	O HC requeria o arquivamento definitivo do inquérito
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2013/abril/turma-arquiva-inquerito-que-apurava-morte-de-menino-com-asma
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
011	
1. Entrada	REVELIA
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	Contumácia
6. Área	Jurídica
7. Definição	Falta de contestação por parte do réu em relação à proposta em face dele.
8. Fonte de constituição da definição	Houaiss (2010)
9. Contexto	No julgamento de apelação que buscava cassar a sentença que, aplicando os efeitos da revelia , condenou o réu ao pagamento de taxas condominiais, a Turma negou provimento ao recurso.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/informativos/2014/informativo-de-jurisprudencia-no-274/nao-comparecimento-em-audiencia-2013-revelia
11. Remissiva	
12. Nota	Réu que não apresenta defesa.
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
012	
1. Entrada	PROCESSO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	Ação
6. Área	Jurídica
7. Definição	Conjunto de peças apresentadas por uma ou outra parte para servir à instrução e ao julgamento de uma questão.
8. Fonte de constituição da definição	Houaiss (2010)
9. Contexto	Explicou que o jurisdicionado poderá acompanhar o processo pela internet e lembrou que desaparecerá, inclusive, o procedimento de carga, já que os autos estarão disponíveis permanentemente para as partes.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/pje/pje-na-midia/01082014JusBrasilPrimeirasentenaemProcessoJudicial eletronicoproferida.pdf
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	<i>Processus</i>
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
013	
1. Entrada	DEFESA DO MÉRITO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Exposição dos fatos; o ponto chave numa disputa litigiosa; o que serve de base para uma deliberação legal;
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/defesa/
9. Contexto	O juiz indeferiu os pedidos da defesa, conforme manifestação do Ministério Público, uma vez que se tratam de questões de mérito e serão apreciadas em momento adequado.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2016/janeiro/juiz-recebe-denuncia-contra-mulher-acusada-de-matar-o-namorado
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
014	
1. Entrada	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Sessão solene que, ocorrendo num tribunal, tem o objetivo de julgar uma causa, ouvir as testemunhas, os advogados e/ou partes interessadas em sua resolução.
8. Fonte de constituição da definição	https://www.dicio.com.br/audiencia/
9. Contexto	Assim, a designação da audiência de instrução e julgamento sem observar o prazo legal para que a parte possa arrolar testemunhas, ou localizá-las para ouvir em audiência, cerceia o direito de defesa e nulifica os atos praticados
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/informativos/2004/informativo-de-jurisprudencia-n-o-75/designacao-audiencia-de-instrucao-e-julgamento-posterioridade-audiencia-de-conciliacao-inobservancia-prazo-legal-cerceamento-defesa
11. Remissiva	
12. Nota	Sessão para ouvir as partes.
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
015	
1. Entrada	PRODUÇÃO DE PROVA
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	Requerimento
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Formulação de pedido que vise provar, demonstrar indício; circunstância que demonstrem culpa ou inocência.
8. Fonte de constituição da definição	Houaiss (2010)
9. Contexto	Egrégia Turma que o juiz de 1º grau não pode afirmar de forma contundente ser incabível a produção de prova testemunhal quando se tratar de matéria publicada pela imprensa
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/informativos/2001/informativo-de-jurisprudencia-n-o-6/indenizacao-dano-moral-publicacao-imprensa-possibilidade-prova-testemunhal
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
016	
1. Entrada	CONCILIAÇÃO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	Reconciliar.
6. Área	Jurídica e Administrativa
7. Definição	Acordo feito entre as partes que estão num litígio.
8. Fonte de constituição da definição	Houias (2010)
9. Contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/dezembro/semana-da-conciliacao-no-tjdft-termina-com-mais-de-r-5-milhoes-em-acordos
10. Fonte do contexto	A Semana de Conciliação é uma iniciativa que integra o Movimento Nacional de Conciliação, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Diferentemente do restante dos tribunais do país, no TJDF, o evento teve duração de duas semanas, com o intuito de ampliar as possibilidades de conciliação e atendimento à população.
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
017	
1. Entrada	JULGAMENTO
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica e Administrativa
7. Definição	Sentença emanada de um tribunal ou juiz; decisão judicial: pronunciar um julgamento.
8. Fonte de constituição da definição	Houias (2010)
9. Contexto	Sessão de julgamento ou audiência.
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/jurisprudencia-em-foco/jurisprudencia-reiterada-1/direito-civil/inadimplemento-contratual-dano-moral-nv
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
018	
1. Entrada	JUIZ
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Masculino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Magistrado que tem por função ministrar a Justiça. Juiz de direito ou juiz togado. Magistrado que julga, em uma comarca, segundo as provas nos autos.
8. Fonte de constituição da definição	Houias (2010)
9. Contexto	O juiz dirá: “Proceda-se o pregão:” (o escrivão lerá a ata do pregão)
10. Fonte do contexto	http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/seminarios-para-jornalistas/vi-seminario-de-direito-para-jornalistas-1/VIsem04_juri.pdf/view
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

FICHA TERMINOLÓGICA	
Glossário de Termos do Processo Jurídico	
019	
1. Entrada	SENTENÇA
2. Categoria gramatical	Nome
3. Gênero	Feminino
4. Variante(s)	
5. Sinônimo(s)	
6. Área	Jurídica
7. Definição	Decisão, resolução dada por autoridade, com ou sem resolução de mérito.
8. Fonte de constituição da definição	Houias (2010)
9. Contexto	Nas unidades jurisdicionais em que foi instalado o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, a fase de cumprimento de sentença proferida no processo em meio físico deverá ser iniciada exclusivamente no PJe
10. Fonte do contexto	www.tjdft.jus.br/pje
11. Remissiva	
12. Nota	
13. Equivalente	
14. Autor	LMV
15. Redator	LMV
16. Data	29/01/2018

ANEXO C – GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE BACHARELADO EM LÍNGUA DE SINAIS DO BRASIL

Grade Curricular do curso de Bacharelado **do curso de Letras Libras** da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

BACHARELADO 1ª FASE

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Fundamentos da Educação dos Surdos	4	72		
	Tecnologia da Informação e EaD	4	72		
	Libras Iniciante	8	144	36	
	Conversação Intercultural	4	72		
TOTAL			360		

BACHARELADO 2ª FASE

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Libras Pré-Intermediário	12	216	36	Libras Iniciante
	Corporalidade e Escrita	4	72		
	Fundamentos da Tradução e da Interpretação	4	72		
TOTAL			360		

**BACHARELADO
3ª FASE**

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Libras Intermediário	8	144	36	Libras Pré-Intermediário
	Introdução aos Estudos Linguísticos	4	72	36	
	Estudos da Tradução I	4	72		Fundamentos da Tradução e da Interpretação
	Estudos da Interpretação I	4	72		
TOTAL			360		

**BACHARELADO
4ª FASE**

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Libras Avançado	8	144	36	Libras Intermediário
	Estudos Linguísticos I	4	72		
	Estudos da Tradução II	4	72		Estudos da Tradução I
	Estudos da Interpretação II	4	72		Estudos da Interpretação I
TOTAL			360		

**BACHARELADO
5ª FASE**

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Libras Acadêmica	4	72	36	Libras Avançado
	Escrita de Sinais I	4	72		
	Estudos Linguísticos II	4	72		
	Metodologia Científica	4	72		
	Português I	4	72		
TOTAL			360		

**BACHARELADO
6ª FASE**

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Laboratório em Interpretação I	4	72	36	Estudos da Interpretação II
	Estudos Surdos I	4	72		
	Escrita de Sinais II	4	72	36	Escrita de Sinais I
	Estudos Linguísticos III	4	72		
	Português II	4	72		Português I
TOTAL			360		

**BACHARELADO
7ª FASE**

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Laboratório em Interpretação II	4	72	36	Laboratório em Interpretação I
	Literatura Surda I	4	72		
	Prática de Tradução I	4	72		Estudos da Tradução II
	Estudos Linguísticos IV	4	72		
	Português III	4	72		Português II
TOTAL			360		

**BACHARELADO
8ª FASE**

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Laboratório em Interpretação III	8	144		Laboratório em Interpretação II
	Literatura Surda II	4	72		
	Prática de Tradução II	8	144		Prática de Tradução I
TOTAL			360		

**BACHARELADO
9ª FASE**

Código	Disciplina	Créd. total	h/a total	PCC h/a	Pré-Requisitos
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	4	72		
	Estágio em Tradução	4	72		Prática de Tradução II
	Estágio em Interpretação	8	144		Laboratório em Interpretação III
TOTAL			288		

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras Libras da UFSC

Grade Curricular do curso de Bacharelado de Tradução e Interpretação da Universidade Federal São Carlos UFSCAR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)

Nº Disc	Perfil	Código	Disciplina/ Atividade Curricular	Caráter (Obr./ Opt./ El.)	Req.	Natureza dos Créditos			TOTAL
						T	P	E	
1	1	A	Libras I	Obr.			04		04
2	1	C	Introdução a Tradução e Interpretação e aos Estudos da Surdez	Obr.		04			04
3	1	C	Linguagem, Surdez e Educação	Obr.		04			04
4	1	B	A ciência Linguística	Obr.		04			04
5	1	B	Leitura e Produção de Texto I	Obr.			04		04
6	1	D	Desenvolvimento Psicológico da Pessoa surda	Obr.		02	02		04
TOTAL									24
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									--
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERFIL									360

T= teóricos, P= práticos, E= estágio

Nº Disc	Perfil	Código	Disciplina/ Atividade Curricular	Caráter (Obr./ Opt./ El.)	Req.	Natureza dos Créditos			TOTAL
						T	P	E	
1	2	A	Libras II	Obr.			04		04
2	2	B	Linguagem e aspectos sócio-históricos da Língua Portuguesa	Obr.		04			04
3	2	C	Tradução e Interpretação Consecutiva	Obr.		02	02		04
4	2	B	Estudos da Oralidade	Obr.		02			02
5	2	*	Eletiva I	Obr.		04			04
6	2	B	Leitura e Produção de Texto II	Obr.			04		04
TOTAL									22
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									--
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERFIL									330

T= teóricos, P= práticos, E= estágio; * que poderia ser ofertada pelo depto de Sociologia



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)

Nº Disc	Perfil	Código	Disciplina/ Atividade Curricular	Caráter (Obr./ Opt./ El.)	Req.	Natureza dos Créditos			TOTAL
						T	P	E	
1	3	A	Libras III	Obr.			04		04
2	3	C	Tradução e Interpretação: atividade discursiva	Obr.		04			04
3	3	B	Fonética e Fonologia: Língua Portuguesa	Obr.		02			02
4	3	A	Libras e os Parâmetros Formacionais	Obr.		02			02
5	3	B	Políticas Públicas e Surdez	Obr.		02			02
6	3	D	Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem: Língua Portuguesa	Obr.		02			02
7	3	D	Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem: Libras	Obr.		02			02
8	3	C	Tradução e Interpretação na Esfera Educacional I	Obr.		02	02		04
TOTAL									22
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									--
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERFIL									330

T= teóricos, P= práticos, E= estágio

Nº Discip	Perfil	Código	Disciplina/ Atividade Curricular	Caráter (Obr./ Opt./ El.)	Req.	Natureza dos Créditos			TOTAL
						T	P	E	
1	4	A	Libras IV	Obr.			04		04
2	4	C	Tradução e Interpretação I	Obr.		02	02		04
3	4	B	Morfossintaxe: Língua Portuguesa	Obr.		02			02
4	4	A	Morfossintaxe: Libras	Obr.		02			02
5	4	B	Leitura e Produção de Texto III	Obr.			04		04
6	4	C	Tradução e Interpretação na Esfera Educacional II	Obr.		02	02		04
7	4	C	Saúde Ocupacional do Tradutor Intérprete de Libras	Obr.		01	01		02
8	4	---	Eletiva II	El.		02			02
TOTAL									24
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									02
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERFIL									360

T= teóricos, P= práticos, E= estágio



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)

Nº Disc	Perfil	Código	Disciplina/ Atividade Curricular	Caráter (Obr./ Opt./ El.)	Req.	Natureza dos Créditos			TOTAL
						T	P	E	
1	5	A	Libras V	Obr.			04		04
2	5	C	Tradução e Interpretação II	Obr.		02	02		04
3	5	B	Português como segunda língua para surdos	Obr.		04			04
4	5	B	Semântica, Pragmática e Discurso	Obr.		04			04
5	5	C	Tradução e Interpretação na Esfera Educacional III	Obr.		02	02		04
6	5	B	Leitura e Produção de Texto IV	Obr.			02		02
7	5	ABCD	TCC I	Obr.		02	02		04
TOTAL									26
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									02
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERFIL									390

T= teóricos, P= práticos, E= estágio

Nº Disc	Perfil	Código	Disciplina/ Atividade Curricular	Caráter (Obr./ Opt./ El.)	Req.	Natureza dos Créditos			TOTAL
						T	P	E	
1	6	A	Libras VI	Obr.			04		04
2	6	D	Desenvolvimento, aprendizagem e processos educacionais	Obr.		02	02		04
3	6	A	Gêneros textuais e Libras	Obr.		02	02		04
4	6	ABCD	TCC II	Obr.		02	02		04
5	6	C	Tradução e Interpretação em Eventos Científicos	Obr.		02	02		04
6	6	ABCD	Estágio Supervisionado I	Obr.		02		04	06
TOTAL									26
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									02
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERFIL									390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)

Nº Disc	Perfil	Código	Disciplina/ Atividade Curricular	Caráter (Obr./ Opt./ El.)	Req.	Natureza dos Créditos			TOTAL
						T	P	E	
1	7	A	Libras VII	Obr.			04		04
2	7	C	Ética Profissional	Obr.		02			02
3	7	ABCD	TCC III	Obr.		02	02		04
4	7	C	Tradução e Interpretação na Esfera da Saúde	Obr.		02	02		04
5	7	A	Outras Línguas de Sinais	Obr.		02			02
6	7	ABCD	Estágio Supervisionado II	Obr.		02		04	06
7	7	---	Eletiva III	El.		02			02
TOTAL									24
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									02
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERFIL									360

T= teóricos, P= práticos, E= estágio

Nº Disc	Perfil	Código	Disciplina/ Atividade Curricular	Caráter (Obr./Opt./El.)	Req.	Natureza dos Créditos			TOTAL
						T	P	E	
1	8	B	Multiculturalismo e Surdez	Obr.		02			02
2	8	A	Literatura em Libras	Obr.		04			04
3	8	C	Tradução e Interpretação nas Esferas Legal e Governamental	Obr.		02	02		04
4	8	C	Surdez e visualidade	Obr.		02			02
5	8	ABCD	Estágio Supervisionado III	Obr.		02		04	06
TOTAL									18
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									02
CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERFIL									270

T= teóricos, P= práticos, E= estágio

T= teóricos
P= práticos
E= estágio

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado da Ufscar.

Fluxo Curricular do curso de Bacharelado em Letras: tradução e interpretação em Libras/Português da
Universidade Federal de Goiás - UFG

Fluxo Curricular do Curso de Bacharelado em Letras: tradução e interpretação em Libras/Português

1º Semestre			2º Semestre		
	CHS	THS		CHS	THS
Introdução aos Estudos Literários	4	64	Tópicos de História da Literatura	4	64
Introdução aos Estudos da Linguagem	4	64	Fonética e Fonologia	4	64
Aquisição da Língua de Sinais	4	64	Políticas Linguísticas e Educacionais	4	64
Língua Portuguesa 1	4	64	Língua Portuguesa 2	4	64
Conversa em Libras 1	4	64	Conversa em Libras 2	4	64
<i>Prática como Componente Curricular</i>		100	<i>Prática como Componente Curricular</i>		100
3º Semestre			4º Semestre		
	CHS	THS		CHS	THS
Morfologia	4	64	Sintaxe	4	64
Introdução à Escrita de Sinais	4	64	DISCIPLINA OPTATIVA DO N.E.	4	64
Estudos da Tradução 1	4	64	Estudos da Tradução 2	4	64
Língua Portuguesa 3	4	64	Escrita de Sinais 1	4	64
Libras Intermediário 1	4	64	Libras Intermediário 2	4	64
<i>Prática como Componente Curricular</i>		100	<i>Prática como Componente Curricular</i>		100
5º Semestre			6º Semestre		
	CHS	THS		CHS	THS
Libras Avançado 1	4	64	Libras Avançado 2	4	64
Estágio em Tradução 1	4	64	Estágio em Tradução 2	6	96
Laboratório de Tradução e Interpretação 1	4	64	Laboratório de Tradução e Interpretação 2	4	64
Escrita de Sinais 2	4	64	DISCIPLINA DO NÚCLEO LIVRE	4	64
Semântica	4	64	Introdução à Pesquisa	2	32
<i>Prática como Componente Curricular</i>		100	<i>Prática como Componente Curricular</i>		100
7º Semestre			8º Semestre		
	CHS	THS		CHS	THS
Laboratório de Tradução e Interpretação 3	4	64	Laboratório de Tradução e Interpretação 4	4	64
Estágio em Interpretação 1	6	96	Estágio em Interpretação 2	7	112
DISCIPLINA DO NÚCLEO LIVRE	4	64	DISCIPLINA OPTATIVA DO N.E.	4	64
Trabalho de Conclusão de Curso 1 – Tradução e Interpretação	2	32	Trabalho de Conclusão de Curso 2 – Tradução e Interpretação	4	64
Lexicografia	2	32			
<i>Prática como Componente Curricular</i>		100	<i>Prática como Componente Curricular</i>		100

(CHS= Carga horária semanal; THS= Total de horas por semestre)

Matriz Curricular do Curso de Letras-Libras (Bacharelado em Tradução e Interpretação) - UFES

1o Período

Disciplinas	T.E.L	CR	CH	Caráter	Pré-requisito
Introdução à Linguística	60 T	4	60	Obrigatória	
Introdução aos Estudos da Tradução	60 T	4	60	Obrigatória	
Pesquisa em Tradução e Interpretação	60 T	4	60	Obrigatória	_____
Leitura e Produção de Texto	60 T	4	60	Obrigatória	_____ _____
Aspectos Histórico-Filosóficos da Tradução	60 T	4	60	Obrigatória	

2o Período

Disciplinas	T.E.L	CR	CH	Caráter	Pré-requisito
Estudos da Tradução I	60 T	4	60	Obrigatória	
Fonomorfologia	60 T	4	60	Obrigatória	*Introdução a Linguística
Teorias de Aquisição de Segunda Língua e de Língua Estrangeira	60 T	4	60	Obrigatória	
Tradução e Interpretação em Língua de Sinais I	60 T	4	60	Obrigatória	
Estudos Literários I	60 T	4	60	Obrigatória	

3o Período

Disciplinas	T.E.L	CR	CHT	Caráter	Pré-requisito
LIBRAS e Produção Literária	60 T	4	60	Obrigatória	Estudos Literários I
História da Língua de Sinais	60 T	4	60	Obrigatória	
Escrita de Sinais I	60 T	4	60	Obrigatória	
Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa I	60 L	2	60	Obrigatória	
Morfossintaxe	60 T	4	60	Obrigatória	*Introdução à Linguística

4o Período

Disciplinas	T.E.L	CR	CHT	Caráter	Pré-requisito
Tradução e Interpretação em espaços educacionais	60 T	4	60	Obrigatória	
Tradução de Textos Científico- Acadêmicos	30 T 30 E	3	60	Obrigatória	
Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e	60 L	2	60	Obrigatória	

Língua Portuguesa II					
Práticas Culturais e Língua de Sinais: Estudos Surdos	60 T	4	60	Obrigatória	
Semântica e Pragmática	60 T	4	60	Obrigatória	*Introdução à Linguística

5o Período

Disciplinas	T.E.L	CR	CHT	Caráter	Pré-requisito
Sociolinguística	60 T	4	60	Obrigatória	*Introdução à Linguística
Laboratório de interpretação em Língua de Sinais e Língua Portuguesa III	60 L	2	60	Obrigatória	
Tradução e Interpretação de Textos Sensíveis	30 T + 30 E	3	60	Obrigatória	
Tradução de Textos Literários	30T +30 E	3	60	Obrigatória	_____
Tradução e Interpretação Jurídica	30 T + 30 E	3	60	Obrigatória	
Optativa I	60 T	3	60	Optativa	_____

6o Período

Disciplinas	T. E. L	CR	CHT —	Caráter	Pré-requisito —
Laboratório de Tradução e Interpretação em Língua de Sinais IV	60 L	2	60	Obrigatória	Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa III
Estágio Supervisionado I	15 T + 75 E	3	90	Obrigatória	Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa III
Seminário de TCC I	30 T + 30 E	3	60	Obrigatória	—
Optativa II	60 T	4	60	Optativa	—
Análise do Discurso	60 T	4	60 —	Obrigatória	—
Interpretação Médica	30 T + 30 E	3	60	Obrigatória	—

7o Período

Disciplinas	T. E. L	CR	CHT	Caráter	Pré-requisito
Revisão de Tradução	30 T + 30 E	3	60	Obrigatória	
Optativa III	60 T	4	60	Optativa	
Seminário de TCC II	15 T+ 60 E	3	75	Obrigatória	
Estágio Supervisionado II	15 T+ 75 E	3	90	Obrigatória	Estágio Supervisionado I
Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete	30 T + 30 E				

8o Período

Disciplinas	T. E. L	CR	CHT	Caráter	Pré-requisito
Estágio Supervisionado III	15 T + 75 E	6	90	Obrigatória	Estágio Supervisionado II
Seminário de TCC III	75 E	2	75	Obrigatória	
Ética em Tradução e Interpretação	60 T	4	60	Obrigatória	
Optativa IV	60 T	4	60	Optativa	
Optativa V	60 T	4	60	Optativa	
Atividades Complementares			200		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			2840		

Fluxo Curricular do curso LETRAS/LIBRAS – BACHARELADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)

1º SEMESTRE

CODIGO	DISCIPLINA	CH	PRE-REQUISITOS
LLTI - 100	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	60	
LLTI - 001	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	60	
LLTI - 200	ESTUDOS DA TRADUÇÃO	60	
LLTI - 101	LIBRAS I	60	
LLTI - 002	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60	
TOTAL		300	

2º SEMESTRE

CODIGO	DISCIPLINA	CH	PRE-REQUISITOS
LLTI - 007	EDUCAÇÃO BILÍNGUE	60	
LLTI - 201	ESTUDOS DE INTERPRETAÇÃO	60	
LLTI - 102	LIBRAS II	60	
LLTI - 004	FONÉTICA E FONOLOGIA	60	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
	OPTATIVA	60	
TOTAL		300	

3º SEMESTRE

CODIGO	DISCIPLINA	CH	PRE-REQUISITOS
LLTI - 103	LIBRAS III	60	LIBRAS II
LLTI - 005	MORFOLOGIA	60	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
LLTI - 006	AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	60	
LLTI - 202	FORMAÇÃO, TRABALHO E PROFISSIONALIDADE DE TILS I	60	
LLTI - 205	INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS I	60	ESTUDOS DE INTERPRETAÇÃO
TOTAL		300	

21

4º SEMESTRE

CODIGO	DISCIPLINA	CH	PRE-REQUISITOS
LLTI - 206	INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS II	60	INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS I
LLTI - 104	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LIBRAS	60	FONÉTICA E FONOLOGIA
LLTI - 003	SÓCIOLINGÜÍSTICA	60	
LLTI - 008	SINTAXE	60	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS/MORFOLOGIA
LLTI - 203	FORMAÇÃO, TRABALHO E PROFISSIONALIDADE DE TILS II	60	FORMAÇÃO, TRABALHO E PROFISSIONALIDADE DE TILS I
TOTAL		300	

5º SEMESTRE

CODIGO	DISCIPLINA	CH	PRE-REQUISITOS
LLTI - 204	FORMAÇÃO, TRABALHO E PROFISSIONALIDADE DE TILS III	60	FORMAÇÃO, TRABALHO E PROFISSIONALIDADE DE TILS II
LLTI - 105	MORFOLOGIA DA LIBRAS	60	MORFOLOGIA
LLTI - 208	LAB. DE INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA LÍNGUA PORTUGUESA I	60	
LLTI - 009	SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA	60	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS/SINTAXE
LLTI - 207	INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS III	60	INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS II
TOTAL		300	

6º SEMESTRE

CODIGO	DISCIPLINA	CH	PRE-REQUISITOS
LLTI - 010	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	60	
LLTI - 011	ANÁLISE DO DISCURSO	60	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
LLTI - 209	LAB. DE INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA LÍNGUA PORTUGUESA II	60	LAB. DE INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA LÍNGUA PORTUGUESA I
LLTI - 106	SINTAXE DA LIBRAS	60	SINTAXE
LLTI - 214	ESTÁGIO EM INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE BRASILEIRA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA: CONTEXTO ESCOLAR	80	
TOTAL		320	

7º SEMESTRE

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITOS
LLTI - 212	TCC I	80	
LLTI - 217	Eleativa: TRADUÇÃO E GÊNEROS TEXTUAIS E DISCURSIVOS	60	
LLTI - 216	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	120	
LLTI - 210	LABORATÓRIO DE INTERPRETAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA PARA LÍNGUA DE SINAIS I	60	
LLTI - 215	ESTÁGIO EM INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA: ESPAÇO NÃO ESCOLAR *	80	
LLTI - 012	Eleativa: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60	
TOTAL		460	

8º SEMESTRE

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITOS
LLTI - 211	LABORATÓRIO DE INTERPRETAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA PARA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II	60	LABORATÓRIO DE INTERPRETAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA PARA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I
	OPTATIVA	60	
LLTI - 213	TCC II	100	TCC I
TOTAL		220	
CARGA HORÁRIA TOTAL		2.580 horas	